

Diário do Legislativo de 27/09/2005

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 53ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada a Homenagear a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais - Cohab - pelo Transcurso de Seus 40 Anos de Fundação

1.2 - 54ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada a Homenagear os Administradores pelo Transcurso dos 40 Anos de Regulamentação da Profissão

1.3 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Mesa da Assembléia

2.3 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

ATAS

ATA DA 53ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 22/9/2005

Presidência do Deputado Fábio Avelar

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado João Leite - Palavras do Sr. Teodoro Alves Lamounier - Exibição de vídeo - Entrega de placa - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Fábio Avelar - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Doutor Viana - João Leite - José Henrique - Lúcia Pacífico - Sebastião Costa - Weliton Prado.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado José Henrique, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Teodoro Alves Lamounier, Presidente da Cohab; José Maria Gomes, ex-Presidente da Cohab, representando o Ceasa; José Ubirajara Guimarães, ex-Presidente da Cohab; João Alberto Paixão Lages, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana de Minas Gerais - Sedru -, representando o Secretário, Manoel Costa; Amílcar Martins, Presidente da Fundação João Pinheiro; Marcelo Corrêa Mendonça, representando o Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais, Eduardo Bernis; e Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença dos Exmos. Srs. Dalmo Vieira Leroy, Prefeito Municipal de Esmeraldas; Maria Adelaide Guimarães, Presidente da AFBDMG; Paulo Sérgio Martins Alves, Vice-Presidente da Cohab; Válder Silva Teixeira, Diretor de Desenvolvimento e Construção da Cohab; Conselheiro Rodrigo Silva Fernandes, do Conselho Estadual da Juventude; Ricardo Santiago, Diretor Administrativo e Financeiro da Cohab; Waldir Teixeira, Superintendente de Habitação da Prefeitura Municipal de Betim; e Pedro Vargas, Chefe de Gabinete do Conselho de Administração do BDMG.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais - Cohab - pelo transcurso de seus 40 anos de fundação.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo saxofonista da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, Sargento Eliezer Fernandes.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado João Leite

Exmo. Deputado Fábio Avelar, Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, representando o Deputado Mauri Torres, Presidente; Exmos. Srs. Teodoro Alves Lamounier, Presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais - Cohab-MG -; José Maria Gomes e José Ubirajara Guimarães, ex-Presidentes da Cohab; João Alberto Paixão Lages, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana de Minas Gerais - Sedru -, representando o Secretário Manoel Costa; Amílcar Martins, ex-Deputado e Presidente da Fundação João Pinheiro; Marcelo Corrêa Mendonça, representando o Sr. Eduardo Bernis, Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais.

Saúdo os Deputados presentes, o Deputado Dalmo Ribeiro Siva, a Deputada Lúcia Pacífico, os representantes da Cohab que aqui estão em homenagem a essa Companhia tão importante do Estado de Minas Gerais, a qual vem fazendo história no País. Saúdo ainda o Prefeito Dalmo, de Esmeraldas, o Paulo, Vice-Presidente da Cohab, enfim, todos os Diretores e funcionários presentes.

A Constituição brasileira dá à moradia um tratamento especialíssimo. No art. 6º, que trata dos direitos sociais, a moradia está listada como uma das necessidades vitais de toda a população nacional. No art. 5º, que trata dos direitos e das garantias fundamentais, a moradia é considerada um asilo inviolável, local onde ninguém pode penetrar sem o consentimento do morador.

A moradia, realmente, é uma benção na vida de todos nós. Muito antes da Constituição brasileira, a Bíblia já a registrava no livro do Levítico como um bem a ser assegurado a todos cidadãos. Um dos capítulos mais especiais do livro dos Provérbios, o capítulo 31, mostra a relação especial da mulher com a moradia.

Novamente recorro à nossa Carta Magna, que determina, no art. 21, inciso XX, que cabe à União instituir as diretrizes para a habitação. Esse tem sido o grande desafio da Cohab, empresa que integra a estrutura administrativa do governo mineiro, constituída em 18/8/65. Tem colocado a sensibilidade social e o compromisso com a cidadania na resolução do problema que afeta milhares de mineiros no Estado. Ressalto o nosso reconhecimento pelo trabalho e pelo comprometimento dos servidores da Cohab para com esse grande desafio, e pude verificá-lo quando do anúncio desta homenagem por parte de diversos Deputados desta Casa.

A implementação de políticas que ataquem o déficit habitacional em Minas Gerais é a principal missão da Cohab, que tem atuado de forma decisiva na busca da redução do déficit habitacional no Estado. Nestes 40 anos de existência, por intermédio da construção de moradias, tem visado à promoção da qualidade de vida e ao estímulo do exercício e do resgate da cidadania dos mineiros, principalmente os de baixa renda, público-alvo de suas iniciativas.

Em toda a sua existência, a empresa já destinou, à construção de moradias, recursos de mais de R\$1.600.000.000,00, tendo concluído mais de 100 mil unidades em 350 Municípios mineiros.

A Cohab-MG é hoje referência nacional, sendo reconhecida como um dos principais instrumentos do governo de Minas Gerais na promoção de uma política social voltada para a habitação. A empresa tem buscado, na inventividade e na criatividade, soluções para o preocupante déficit habitacional em nosso Estado. A descentralização das ações e das decisões promovidas pela empresa tem proporcionado maior autonomia aos Municípios na solução das questões habitacionais, envolvendo diversos segmentos da sociedade na busca da erradicação do problema social da falta de moradias.

Partindo de tais pressupostos, a Cohab-MG, órgão de execução da política habitacional do Estado, tem ampliado seu leque de atuação no setor, agindo como promotora das operações com recursos próprios e do Estado, e assumindo novas responsabilidades, como a de agente financeiro

das operações do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH -, assessor técnico, empreendedor e parceiro da iniciativa privada, das associações e dos sindicatos. Está presente em todos os Municípios do Estado onde haja programas e projetos destinados à construção de habitações populares. Tendo em vista os princípios estabelecidos pelo Programa Mineiro de Habitação Popular - PMHP -, que integra o Lares Geraes, programa estruturante do governo de Minas Gerais, tem buscado, de forma incessante, combater a falta de moradias para famílias de baixa renda.

Ao completar seus 40 anos de existência, a Cohab inicia a construção de 11 mil moradias populares em 107 Municípios, um investimento de mais de R\$221.000.000,00, com previsão de entrega das chaves aos novos moradores, todos de baixa renda, em junho de 2006.

Será uma grande emoção para esses mineiros, que receberão as chaves das mãos de vocês, que integram os quadros da Cohab. Sei também que é uma emoção especial para vocês atender a esse grande anseio da população de Minas Gerais. Desejo a todos os da Cohab muito sucesso nesse grande projeto, que beneficiará tantas famílias que aguardam as suas moradias. É um desafio para vocês.

Na pessoa de William Santos, a quem aprendemos a respeitar durante anos nesta Casa, saúdo todos os funcionários da Cohab. Na pessoa do Presidente Teodoro Lamounier, cumprimento a diretoria da Cohab, seus técnicos e funcionários administrativos, pois temos visto que os desafios diários que se apresentam a eles são enormes, e, sem o profissionalismo com que têm desenvolvido suas funções, essas ambiciosas metas não seriam atingidas.

Um abraço a todos. Felicidades. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Teodoro Alves Lamounier

Exmo. Sr. Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nosso caro e dileto amigo Deputado Fábio Avelar, neste ato representando o Exmo. Sr. Presidente desta Assembléia, Deputado Mauri Torres; Srs. José Maria Gomes e José Ubirajara Guimarães, ex-Presidentes da Cohab, cuja presença, neste ato, ajudam a simbolizar essas quatro décadas de existência da Cohab; Sr. João Alberto Paixão Lages, Secretário Adjunto da Sedru, representando o Secretário Manoel Costa; Exmo. Sr. Amílcar Martins, Presidente da Fundação João Pinheiro, nosso especial e dileto amigo de vários anos; Exmo. Sr. Marcelo Corrêa Mendonça, representando o Presidente da Associação Comercial de Minas, Sr. Eduardo Bernis; Exmo. Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, nosso querido companheiro e amigo, parlamentar reconhecido por seu compromisso com as questões sociais, entre as quais se destaca a habitação popular, queria, de modo especial, agradecer à quase totalidade dos Deputados desta Casa, que subscreveram a proposta desta reunião especial, que tanto valoriza a Assembléia.

Cumprimento os parlamentares presentes nesta solenidade, como os Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Sebastião Costa e a Deputada Lúcia Pacífico. Não sei se me esqueci de citar algum, a quem por acaso não tenha percebido neste auditório. Demais integrantes da Mesa, Diretores, Vice-Presidente da Cohab e companheiros de equipe. Sr. Paulo Sérgio Martins Alves; Sr. Válder Teixeira, Diretor de Desenvolvimento da Construção; e Sr. Ricardo Santiago, Diretor Administrativo e Financeiro; companheiros de equipe, funcionários, técnicos, gerentes e auxiliares que trabalham conosco na Cohab; demais autoridades presentes nesta solenidade; senhoras e senhores; permitam-me um parêntese para saudar também meus familiares que aqui estão - irmãos, filhos e netos.

Como porta-voz e Presidente da Cohab-MG, tenho a honra e a satisfação de dirigir-me aos insígnias parlamentares desta nobre Casa e a todos os presentes neste evento, para compartilhar a comemoração de momento especial vivido atualmente pela Cohab.

Estamos comemorando aqui a experiência acumulada nas conquistas já alcançadas ao longo de 40 anos de existência da Companhia, bem como, de modo muito especial, a sua revitalização e a retomada de sua história no momento presente.

Tal como foi empreendido pelo Governador Aécio Neves na administração estadual, no choque de gestão, a Cohab também se renova. É importante salientar essa renovação, porque, entre as dez empresas estatais mineiras que subscreveram o capital inicial de nossa Companhia, hoje existem apenas duas: a Copasa e o BDMG. A Cohab resistiu, porque tinha e tem massa crítica e destacada função social a cumprir. Ademais, o Governador Aécio Neves decidiu priorizar a construção de casas populares e a reestruturação de nossa empresa para enfrentar a grave questão do déficit habitacional.

O desafio do déficit é enorme para todo o Brasil e para os países emergentes e pobres do mundo inteiro, como destaca o "Relatório Global sobre Assentamentos Urbanos 2005", recém-divulgado pela ONU. No País, segundo o estudo da Fundação João Pinheiro para o Ministério das Cidades, o déficit habitacional básico, em 2000, já era de quase 5.900.000 moradias. Em Minas Gerais, ao longo do tempo, ele chegou a mais de 630 mil moradias. O mais importante é que a grande maioria é do meio urbano, onde quase 86% da população carente de moradia são pessoas que têm renda de até três salários mínimos.

A Companhia retoma a construção de casas populares em contexto diferente e mais desafiador que nas décadas de 70 e 80, quando havia maior disponibilidade de recursos fiscais e orçamentários. Nessas duas décadas, a Cohab realizou muitas conquistas, construindo diversos conjuntos habitacionais. Porém, tais conquistas definham, em conseqüência dos problemas do modelo do sistema financeiro de habitação, do qual a companhia já nasceu absolutamente dependente.

A criação da empresa como sociedade de economia mista foi aprovada por esta nobre Casa, com base na Lei nº 3.403, de 2/7/65, proposta pelo então Governador José de Magalhães Pinto. Em 18/8/65, a primeira assembléia da Cohab aprovou o estatuto da empresa, publicado no "Diário Oficial" de 1º de setembro. O capital da Companhia, inicialmente subscrito, era da ordem de R\$8.600.000,00, convertendo-se para o real. Na época, era Cr\$1.000.000.000,00. Ele foi dividido em 200 mil ações ordinárias. Como já disse, a empresa nasceu condicionada estreitamente e atrelada às normas estabelecidas pela Lei Federal nº 4.380, de 21/8/64. Trata-se de uma lei importante, visto que criou o Sistema Financeiro Nacional da Habitação, o Banco Nacional da Habitação - BNH -, e instituiu a correção monetária. Também se obrigava a Companhia, pelo seu estatuto, a acatar a orientação normativa e a assistência técnica direta do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo - Serfhau.

Dois graves problemas de origem levaram ao colapso o SFH e o BNH, atingindo a Cohab e as inúmeras empresas de crédito imobiliário que existiam no Brasil.

Primeiro problema: o descompasso entre o longo prazo dos financiamentos concedidos e o curto prazo dos depósitos em caderneta de poupança, a base do financiamento desse sistema. Esse descompasso reproduziu um erro clássico em política de financiamento: a chamada inadequação de "funding", ou seja, o descompasso entre ativos e passivos das instituições financeiras. Segundo erro: os saldos devedores corrigidos pelos altos índices de inflação, que prevaleceram durante quatro décadas no País, tornaram-se impagáveis em relação aos reajustes de renda dos mutuários.

A reestruturação da Companhia vem exatamente superar um passado que teve glórias, mas que se tornou problemático pelas razões a que

acabo de me referir.

O primeiro passo de renovação deu-se quando a Cohab mostrou que ainda tinha vitalidade e pôde atender ao programa Minas Solidária, liderado pela Sra. Andréia Neves, Presidente do Servas. Construímos 953 casas para os desabrigados das enchentes, em 68 Municípios, das quais 756 já foram concluídas e entregues. Ainda com o Servas, assumimos a construção de centros solidários de educação infantil, galpão para o projeto Valores de Minas e quatro fábricas do VitaSopa no interior do Estado. Fizemos também convênios com programas federais para a construção de 510 casas, em 27 Municípios, destinadas a famílias carentes dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas.

Porém, a revitalização profunda foi fortalecida pela reformulação e atualização do Fundo Estadual de Habitação. O projeto enviado pelo Executivo recebeu apoio inequívoco desta Assembléia, e o fundo renovou sua duração por mais 30 anos. Hoje dispõe de recursos da ordem de R\$175.000.000,00. Com isso, a Cohab pode viabilizar parcerias essenciais para cumprir seus objetivos. Assim, participou do último leilão do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social, o chamado PSH, do Ministério das Cidades. E já firmou convênios com mais de 100 Municípios, que entram com terreno dotado de infra-estrutura urbana básica: rede de esgoto, água tratada, energia e vias pavimentadas.

Agora, com os recursos do Fundo Estadual de Habitação - FEH -, a Companhia tem condições de subsidiar o mutuário no financiamento de sua casa. Ainda graças ao fundo, poderá também instituir prêmio por adimplemento dos mutuários, medida pioneira no Brasil, a ser regulamentada, em breve, por decreto. Os bons pagadores serão premiados. Quanto menor a renda do mutuário, maior o desconto propiciado pelo financiamento e cumprimento das obrigações contratuais, sendo possível, portanto, abaterem-se até 30% do valor da prestação como bonificação por adimplência.

Na modernização da empresa, também implantamos uma renovação completa da infra-estrutura tecnológica. Adotamos um plano diretor de ampliação de sistemas para a implantação do portal, que em breve estará completamente reformulado no ar, e do sistema de gestão corporativa.

A regularização jurídica e fiscal das certidões da Companhia possibilita-lhe, atualmente, disputar concorrências por recursos destinados à habitação e garantir acesso legal aos programas federais voltados para a área. Por outro lado, a renegociação e o pagamento parcelado das dívidas nos permitiram começar a equacionar a saúde financeira da instituição e racionalizar despesas e o custeio das operações de rotina.

O governo Aécio Neves tem clara compreensão de que a política de financiamento habitacional para pessoas com renda de um a três salários mínimos deve ser subsidiada e realista. Financiar casas populares não é atraente para instituições financeiras de mercado. Recursos dos orçamentos fiscais e parafiscais, como o FGTS, são a fonte adequada para financiar a construção de habitações populares. Se um órgão estatal gestor da política habitacional, como a Cohab, concedesse subsídios em financiamentos com recursos próprios, fatalmente se descapitalizaria e iria à falência.

O crédito de longo prazo é elemento indispensável a qualquer sistema eficiente de financiamento à habitação e os riscos são proporcionais às incertezas. Daí o axioma de que quanto maior o prazo, maiores as incertezas. E maiores são as incertezas quando se trata de atender a população de baixa renda, muito exposta e vulnerável às quedas da atividade produtiva e aos momentos de crise da economia. A política habitacional de Minas rejeita a irresponsabilidade de supostas lideranças que apregoam o calote pelos mutuários e o posicionamento demagógico de que coisa de governo não se paga, no falso pressuposto de que o poder público deve prover moradia de graça. Não existe nada de graça, e o custo de posicionamentos desse tipo recai nos contribuintes em geral. Alguém sempre tem que pagar a conta.

Estamos falando de uma política habitacional factível, voltada basicamente para as pessoas com renda mensal de um a três salários mínimos. Entretanto é evidente que existem enormes contingentes de brasileiros sem renda e sem teto. Quanto a essa faixa da população que vive em situação dramática, a questão é muito mais complexa e difícil. Não me cabe fazer análise dessa realidade. Todavia, além de soluções assistenciais para minimizar a penúria dessas pessoas, a equação inclui autêntica política de desenvolvimento nacional. Somente assim haverá criação de empregos e geração de renda, com a qual avançaremos mais na redução do déficit habitacional crônico no País e no Estado.

Por isso é bom salientar que o governo de Minas está começando a solucionar os problemas habitacionais. O Estado, por meio do Fundo Estadual de Habitação, ao garantir subsídios, e a Cohab, ao assegurar a entrega das casas populares, fizeram-nos conquistar posição confortável nos programas federais, especialmente do Ministério das Cidades.

Arrematamos 90% da cota de subsídios destinados a Minas pelo último leilão de PSH.

Nos Lares Gerais, um dos 31 projetos estruturadores do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI -, do governo Aécio Neves, iniciamos a construção das primeiras 11 mil habitações populares, distribuídas em 107 Municípios do Estado, priorizados conforme a gravidade da demanda social por habitação e também pela agilidade dos Municípios em exercitarem as parcerias com a Cohab no enfrentamento do problema de habitação popular.

Onze mil casas é mais que a soma das moradias construídas pela Cohab nos últimos 18 anos. Por aí, as senhoras e os senhores terão noção da dimensão do desafio que estamos enfrentando e da façanha que estamos realizando. Os diferenciais positivos da nossa Companhia certamente pesarão a nosso favor no próximo leilão do PSH, previsto para outubro. Então, superaremos a meta inicial e talvez possamos construir, até o final de 2006, aproximadamente 15 mil casas, somados os demais projetos em execução pela empresa.

Apesar das inúmeras prioridades e demandas sociais, o esforço financeiro do governo Aécio Neves para retomar a construção de habitações populares vale a pena pelos benefícios que gera. Os mais evidentes são sociais. Quem tem casa para morar tem a base do lar e de um futuro melhor para os filhos.

Mas há também os resultados socioeconômicos. A construção das primeiras 11 mil casas pelo Lares Geraes está gerando 13.200 empregos, diretos e indiretos. Os investimentos superiores a R\$185.000.000,00 produzem renda social da ordem de R\$50.000.000,00. Os efeitos positivos refletem-se no conjunto das economias do Estado, da região e principalmente no fluxo de renda das cidades, das localidades onde são construídos esses conjuntos.

Nosso empenho em revitalizar a Companhia, torná-la ágil, dinâmica, produtiva e capaz de arcar com os desafios, constitui a melhor homenagem a tudo de positivo realizado até agora. Entretanto não podemos deixar de lembrar o trabalho realizado por vários dos administradores que nos antecederam, dois dos quais, ex-Presidentes aqui presentes, bem como antigos dirigentes e funcionários. Quero homenageá-los, tomando por símbolo os pioneiros. Entre eles, destaco os Srs. Nylton Moreira Veloso, à época Presidente da MinasCaixa; Euler Marques Andrade, à época Presidente da Associação Comercial de Minas; e Pe. Aguinaldo Leal, Presidente do Instituto Central de Assistência ao Cooperativismo. Os três foram designados instituidores da Companhia. Também não nos podemos esquecer de todos que depois se dedicaram ao engrandecimento da nossa instituição.

A reestruturação e a modernização realizadas por nós têm visão de futuro. E a homenagem na qual a nobre Assembléia Legislativa distingue a

nossa Companhia é o reconhecimento desse esforço.

Manifestamos, pois, o profundo agradecimento de toda a Cohab ao Deputado João Leite e a todos os parlamentares da Assembléia Legislativa de Minas Gerais pela realização desta reunião especial, que só nos dá força para prosseguir na caminhada.

Pela mesma razão, estendo os meus agradecimentos pessoais aos Diretores presentes - Válter Teixeira, Ricardo Santiago e Paulo Sérgio Martins Alves - e a todos os funcionários - que são inúmeros, muitos dos quais também presentes hoje -, que se somam para atingirmos nossos objetivos.

A Cohab sente-se cada vez mais firme e forte na missão que o governo Aécio Neves lhe incumbiu. Obviamente, nossa missão é construir casas para as camadas de baixa renda. Mas, de acordo com a filosofia política do governo de Minas, temos também o compromisso de construir um novo tempo para o nosso Estado.

O ser humano e as famílias são o fim e os destinatários de nossas ações! Mas, além de propiciar a conquista da casa própria - lembrando que a casa não é apenas um abrigo -, nossa diretriz de trabalho é incentivar os moradores das casas populares a se organizarem para uma nova vida e a fazerem dos conjuntos habitacionais espaços de cidadania e de desenvolvimento humano e social, com processos de integração social, mediante atividades como o artesanato, o esporte, a arte e a cultura, a capacitação em habilidades profissionais, o treinamento, a organização de microempresas nesses conjuntos e a transformação dos conjuntos habitacionais em verdadeiros e autênticos bairros nas cidades em que se inserem.

Por isso, conforme a própria denominação do projeto Lares Geraes, construir lares é mais que construir abrigos e é o topo da missão a que se propõe, hoje, a Cohab. Vamos alcançá-lo! Muito obrigado.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistirem a um vídeo institucional da Cohab-MG.

- Procede-se à exibição de vídeo.

Entrega de Placa

O locutor - O Deputado Fábio Avelar, representando o Deputado Mauri Torres, Presidente da Assembléia Legislativa, fará a entrega de placa alusiva a esta homenagem ao Sr. Teodoro Alves Lamounier. Solicitamos-lhes que se posicionem no local indicado pela equipe do Cerimonial. A placa contém os seguintes dizeres: "A Companhia de Habitação de Minas Gerais - Cohab-MG - foi fundada em 1965, a fim de implementar políticas sociais que reduzissem o déficit habitacional do Estado. Desde então, a Companhia vem estimulando a construção de unidades habitacionais, dando prioridade à qualidade de vida dos mineiros. A homenagem da Assembléia Legislativa de Minas a esse que é um dos mais importantes instrumentos na busca de soluções para tão grave problema social, pelos seus 40 anos de trabalho e promoção do bem-estar social".

O Sr. Presidente - Convido o Deputado João Leite, autor do requerimento que originou esta homenagem, a acompanhar-me na entrega da placa.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Presidente

Boa noite a todos. Quero cumprimentar a Mesa Diretora dos trabalhos, iniciando pelo nosso ilustre homenageado, Dr. Teodoro Alves Lamounier, Presidente da Cohab-MG, e falar da satisfação de presidir esta sessão solene com a finalidade de fazer essa justa homenagem à nossa querida Cohab. Para mim ela tem duplo significado, porque, durante 30 anos ou mais da minha vida profissional, tive estreito relacionamento com a Cohab, pois fui funcionário de carreira da Copasa.

Encontram-se presentes aqui vários companheiros que conhecem a importância dessa empresa para o povo mineiro. Destaco duas pessoas que, de certa maneira, fizeram parte do início da minha vida profissional, a Henriqueta e a Lúcia, além de vários colegas com quem tivemos o privilégio de conviver. Muito obrigado a todos. Também quero fazer referência a dois ex-Presidentes que deram sua contribuição e desempenharam papel importante na trajetória da nossa Cohab: José Maria Gomes, que, nesta solenidade, representa o nosso querido Ceasa, e José Ubirajara Guimarães. Cumprimento o nosso jovem e brilhante Secretário Adjunto, Dr. João Alberto Paixão Lages, que representa o ilustre Secretário Manoel Costa. Com muita satisfação, cumprimento o nosso ilustre Presidente da Fundação João Pinheiro, ex-Deputado Amílcar Martins, com quem tive o privilégio de conviver.

Não podemos deixar de registrar, ilustre Deputado, a falta que sua brava voz faz aqui nas nossas tribunas, no nosso dia-a-dia. Obrigado pela presença.

Também gostaria de cumprimentar o Dr. Marcelo Corrêa Mendonça, que, nesta solenidade, representa o Dr. Eduardo Bernis, nosso jovem e atuante Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais. Com carinho especial, o meu querido amigo Deputado João Leite, com quem tive o privilégio de conviver por dois mandatos, parlamentar brilhante que exerce papel importante nesta Casa. Desde os meus primeiros dias nesta Assembléia, procuro seguir os seus passos. E cumprimento-o ainda pela iniciativa de apresentar, nesta Casa, requerimento aprovado por quase todos nós, Deputados. Somente não o assinaram os parlamentares que não tiveram oportunidade de estar na Casa por motivo de viagem. O requerimento contou com a assinatura de quase todos os Deputados em razão do respeito e do carinho que esta Casa sempre dedicou à nossa querida Cohab.

Os ilustres Deputados e as Deputadas presentes, como a Lúcia Pacífico, o Dalmo Ribeiro Silva e o Sebastião Costa. Também fazemos referência especial também a esse atuante Prefeito Dalmo, com quem tive o privilégio de conviver durante vários e vários anos. Por meio dele, cumprimento as demais lideranças políticas presentes. O nosso Vice-Presidente da Cohab, Dr. Paulo Sérgio, e os Diretores Válter Teixeira e Ricardo Santiago. Faço referência especial a todos os funcionários, colaboradores da Cohab, que certamente tiveram papel importante na sua história. Os nossos colaboradores desta Assembléia, pessoas que nos acompanham no dia-a-dia e que nos prestam assessoria necessária e importante, e a imprensa. Carinhosamente, reverencio os nossos telespectadores da TV Assembléia, atualmente presente em mais de 200 Municípios mineiros e responsável por levar até a casa de nossos eleitores informações sobre o nosso trabalho nesta Casa.

Os 40 anos da Cohab, comemorados nesta reunião solene, celebram uma decisiva atuação para reduzir o déficit habitacional em Minas Gerais.

A construção de moradias, ao longo destas quatro décadas, vem resgatando a cidadania dos mineiros de baixa renda, com a melhoria de sua qualidade de vida. São mais de 100 mil unidades construídas em cerca de 350 Municípios, representando uma verdadeira referência nacional de política social voltada para a habitação. Para chegar a resultados tão importantes, inventividade e criatividade não têm faltado às soluções empreendidas pela Cohab.

Ações e decisões descentralizadas promovem maior autonomia municipal e envolvem a participação de variados segmentos sociais no enfrentamento do preocupante déficit habitacional de Minas Gerais, conforme demonstrado pelo vídeo que acabamos de assistir. Presente em todos os Municípios em que há projetos destinados à construção de habitações populares, a Companhia tem funcionado como promotora das operações com recursos próprios e do Estado.

Entre as novas responsabilidades assumidas, encontra-se a de agente financeiro do programa de subsídio à habitação de interesse social. Assume também, ao lado da assessoria e supervisão técnica, parceria com a iniciativa privada, as associações e os sindicatos.

O programa Lares Geraes, para atendimento à população que ganha até três salários mínimos, alia os recursos do governo estadual à contrapartida dos Municípios beneficiados, que oferecem os terrenos urbanizados.

Essa agilidade, que inclui atendimento a populações desabrigadas por enchentes que têm ocorrido em diversas regiões do Estado, vem assegurando uma habitação de qualidade, dotada de água, esgoto, pavimentação e drenagem. Suas ações têm criado empregos diretos e indiretos, gerando renda para os trabalhadores e seus familiares, contribuindo para uma maior justiça social.

Ao Presidente Teodoro Alves Lamounier e a todos os funcionários da prestigiosa empresa, nossa querida Cohab, levamos o agradecimento do povo mineiro, representado nesta Casa por seus parlamentares. A Cohab tem sido um exemplo de organização inteligente, eficaz e solidária, por isso vem sendo modelo em todo o Brasil na promoção de uma ação social voltada para a população carente.

A moradia não é só um direito da população, mas uma conquista que favorece a auto-estima familiar e cria a verdadeira cidadania. Trata-se, ainda, de um longo combate a extinção do déficit habitacional neste Estado, e a ele, estamos certos, não faltarão o denodo e o empenho da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais. Parabéns, Cohab! Parabéns, povo mineiro, pelos 40 anos de existência da nossa querida empresa. Obrigado.

Estamos chegando ao final da reunião. Todavia, antes de encerrá-la, em nome do ilustre Deputado Mauri Torres, Presidente desta Casa, que, infelizmente, não pôde comparecer a esta homenagem, mais uma vez, agradecemos a presença das autoridades nominadas, dos funcionários da Cohab, enfim, de todos os que prestigiaram participando deste evento tão importante para todos nós. Com grande satisfação, esta Assembléia, que é a Casa do povo de Minas Gerais, registra em seus anais esta justa homenagem prestada pelo povo mineiro à querida Cohab.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as reuniões especiais de amanhã, dia 23, às 10 horas, e de segunda-feira, dia 26, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 54ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 23/9/2005

Presidência do Deputado Fábio Avelar

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Alberto Pinto Coelho - Palavras do Sr. Maurício Pereira de Jesus - Palavras do Sr. Gilmar Camargo de Almeida - Entrega de placa - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Fábio Avelar - Alberto Pinto Coelho - Gil Pereira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Às 10h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Gil Pereira, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

A locutora - Convidamos a tomarem assento à Mesa os Exmos. Srs. Gilmar Camargo de Almeida, Presidente do Conselho Regional de Administração de Minas Gerais; Maurício Pereira de Jesus, Presidente do Sindicato dos Administradores no Estado de Minas Gerais - Saemg -; Major Deoclides Castro Pires, representando o Comandante da 4ª Região Militar-4ª Divisão de Exército, General de Divisão Luiz Alfredo Reis Jefe; e os Deputados Gil Pereira, representando os parlamentares administradores, e Alberto Pinto Coelho, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Destinação da Reunião

A locutora - Destina-se esta reunião a homenagear os administradores pelo transcurso dos 40 anos de regulamentação da profissão.

Execução do Hino Nacional

A locutora - Convidamos os presentes a ouvirem o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Alberto Pinto Coelho

Exmos. Srs. Deputado Fábio Avelar, Gilmar Camargo de Almeida, Maj. Deoclides Castro Pires, Maurício Pereira de Jesus, Deputado Gil Pereira, autoridades, membros das entidades representativas dos administradores, professores, jovens acadêmicos da ciência da administração, caros convidados, senhoras e senhores.

Um mineiro de Ubá, o saudoso Prof. Belmiro Siqueira, tornou-se o mais ilustre dos administradores brasileiros ao ser escolhido patrono da sua categoria profissional.

É justo, pois, evocar seu nome para que seja também o patrono "in memoriam" desta reunião especial da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, que se destina a homenagear o transcurso dos 40 anos da regulamentação da profissão em nosso país. Celebramos também o Dia do Administrador, comemorado neste mesmo mês de setembro.

Na lembrança dos pioneiros da profissão em Minas Gerais, devemos, da mesma forma, recordar hoje a liderança de administradores, como Edgar Vieira Machado Serra, Flávio Rezende Queiroz, Virgílio Machado Barroso, Túlio Augusto Toscano, Célio de Oliveira e Atílio Cardinali Neto, que compuseram, nos idos de 1969, a primeira diretoria do atual Conselho Regional de Administração, hoje sob a batuta do administrador Gilmar Camargo de Almeida e seus pares de diretoria.

Na mesma linha de pioneirismo, cabe lembrar, no âmbito do sindicato dos administradores no Estado de Minas Gerais, os administradores Gil Restani de Andrade, Roberto Cordeiro da Silva, Carlos Alberto Boschi e seus sucessores à frente do sindicato, fundado em 7/4/74, agora presidido pelo administrador Maurício Pereira de Jesus, ao lado de seus companheiros de gestão.

Evidentemente a Lei nº 4.769, de 9/9/65, que dispôs sobre o exercício da profissão de administrador, deve sua concepção e sua formalização a tantos outros pioneiros, que, em Minas e no Brasil, lutaram por essa causa. Belmiro Siqueira representa, outra vez, a saga desses forjadores do futuro.

Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, caros administradores, familiares e amigos, sabemos todos que esse marco histórico dos 40 anos da profissão de administrador coincide com uma das mais agudas crises políticas vividas por nosso país. Não poderíamos deixar de assinalar esse desafio histórico do momento presente, pois é a partir dele que formularemos nossas reflexões.

Como bem disse um de nossos colegas ao ser empossado na Academia Brasileira de Ciência da Administração, o administrador Bianor Cavalcanti: "O Brasil é grande demais para ser enfiado num beco sem saída".

Se olharmos um pouco além do horizonte das 24 horas, para trás ou para a frente da turbulência que enfrentamos, vamos constatar que o País tem vivido, sobretudo no curso de sua história, uma crise de administração.

Administrar, como sabemos, é também sinônimo de coordenar, dirigir, planejar. Significa também, pura e simplesmente, governar... Está nos dicionários, como está na vida de todo dia, a começar pela administração de nossas próprias casas, que nada mais é que governar nossos bens e recursos.

Num país com as dimensões continentais como o nosso, apenas lembrando que o território de Minas Gerais equivale ao da França, por exemplo, com diversidades e desigualdades de toda ordem, sociais, econômicas, culturais, o Brasil necessitará conjugar e praticar, pelo futuro afora, os verbos que caracterizam o ato de administrar.

Apenas para reforçar essa visão da crise administrativa brasileira - o choque de gestão aplicado em Minas Gerais pelo atual governo bem poderá servir como referência nacional -, selecionamos algumas ações típicas do administrador. São elas, entre outras: cuidar, ordenar, reger, controlar, resolver, conduzir, negociar, poupar, racionalizar e, muito especialmente, zelar pela chave do cofre.

São essas - sabemos - as diretrizes centrais do pensamento e da ação do administrador tanto na livre empresa como no setor público. Por isso preocuparam-nos sobremaneira as informações colhidas ao examinarmos a última pesquisa nacional sobre o perfil, a formação, a atuação e as oportunidades de trabalho do administrador, coordenada pelo Conselho Federal de Administração - CAF -, órgão máximo representativo da categoria no País. Essa pesquisa, científica e criteriosamente realizada pela Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo-FIA-USP -, apresenta um dado que considero estorcedor e que precisa ser revertido no contexto da administração pública brasileira.

No capítulo dedicado às perspectivas profissionais para os administradores nos próximos anos, a tabela aponta que o índice mais baixo entre todos os setores envolvidos se refere às estatais, com apenas 1,6% - isso mesmo, 1,6%. Da mesma forma, as possibilidades de acesso profissional a órgãos governamentais, com 4,6%, estão bem abaixo de áreas como o terceiro setor, que oferece mais que o dobro de possibilidades, com índice de 10,5%. Isso sem mencionar o setor de serviços, que lidera, com 43%, as oportunidades de trabalho para os administradores no Brasil.

Para fazer reverter essa tendência tão alarmante, não tenhamos dúvida: o quadro político-institucional que se abateu sobre o País deverá impor, entre outras medidas de fundo, uma vigorosa reforma administrativa. E uma das conseqüências, entre outras, será a profissionalização do serviço público, pondo um termo ao número exorbitante de 21.197 cargos em comissão existentes hoje na administração federal, que não obedecem a qualquer critério para seu preenchimento. Esse foi, sem dúvida, um dos resultados perversos de um processo de desmonte do Estado brasileiro, conduzido com certo açodamento e mesmo com algum despudor, ainda reconhecendo que o papel interventor do Estado no Brasil tivesse de sofrer restrições face à ordem internacional vigente.

Na mesma pesquisa da FIA-USP e do CAF, a que me referi, além da racionalidade necessária nos domínios de quem tem, como o administrador, o dever de fazer acontecer, a categoria apresenta uma identidade consensual que a credencia para gerir crises e impasses. Ouvindo profissionais, professores, graduandos e empregadores de todo o Brasil, desse trabalho pudemos extrair a identidade principal do administrador: "Apesar de serem muitas as expressões citadas" - afirma a pesquisa -, "a palavra articulador sobressaiu-se por sintetizar todas as demais".

E o desafio primordial de nosso tempo é precisamente o de rearticular e fortalecer a capacidade de gestão do Estado brasileiro.

Assim sendo, esta é a mensagem que desejamos transmitir aos nossos colegas administradores, de quem, neste mês histórico para a profissão, mais do que nunca o Brasil precisa.

Precisamos desenvolver uma administração com as cores do Brasil, adaptada ao saber-fazer da nossa terra, respeitando a sensibilidade de nossa gente e atendendo às necessidades de nosso povo. Nesse sentido, o futuro, a partir do tempo presente, espera por vocês. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Maurício Pereira de Jesus

Exmo. Sr. Deputado Fábio Avelar, Presidente desta reunião, prezado amigo e companheiro da Copasa; administrador Gilmar Camargo de Almeida, Presidente do Conselho Regional de Administração; Sr. Maj. Deoclides Castro Pires, representante da 4ª Região Militar; Deputado Gil Pereira, representando os parlamentares administradores; companheiro Deputado Alberto Pinto Coelho, autor do requerimento; senhoras e senhores, colegas administradores, queridos companheiros de diretoria do Sindicato dos Administradores de Minas Gerais, inicialmente agradecemos à Assembléia Legislativa esta homenagem, que entendemos ser da maior relevância, pela importância do papel dos administradores no desenvolvimento do País.

A data de 9/9/2005, que marca os 40 anos da regulamentação da nossa profissão, é para ser comemorada de forma muito alegre; mas estamos fazendo uma comemoração mais triste do que alegre. Triste porque, apesar de o curso superior de Administração ser o que mais forma profissionais em todo o País, os administradores não são aproveitados de forma adequada, principalmente nos órgãos públicos da administração direta e indireta.

Fazendo um estudo paralelo, verificamos que nos Estados Unidos da América Administração é também o curso que mais forma profissionais. Mas lá os administradores são aproveitados adequadamente; exercem suas atividades de forma intensa nas organizações públicas e privadas. A maior potência do mundo é também a mais bem administrada, sendo este o seu maior segredo de sucesso.

Em recente entrevista na televisão, a maior autoridade do Judiciário no País, o Ministro Nelson Jobim, Presidente STF, declarou que falta gestão nas secretarias e no serviço burocrático da Justiça brasileira. Afirmou que Juiz é para julgar, não para ficar administrando a papelada da Justiça. E deveriam ser aproveitados administradores para gerenciar toda a burocracia da Justiça. Com essa providência, a Justiça se tornaria muito mais ágil, ajudando toda a população brasileira. Essa feliz declaração deveria ser assimilada pelas outras áreas, como hospitais, clínicas, Prefeituras, secretarias municipais e federais, ministérios e todo o serviço público federal.

Administração é uma ciência muito ampla, complexa e dinâmica, exige estudo continuado. A maioria das empresas privadas brasileiras estão tendo sucesso, crescimento e competitividade graças ao trabalho sério e dedicado dos administradores.

Infelizmente, no serviço público observamos que quase todos os cargos de gerência, supervisão, direção, controle são exercidos por indivíduos despreparados, indicados por interesses políticos, clientelismo, fisiologismo, cujas conseqüências são sempre catastróficas. Os cargos de recrutamento amplo devem ser drasticamente reduzidos, ou melhor, eliminados.

A realidade é que o cidadão indicado politicamente para um cargo público não tem compromisso com o serviço; seu compromisso é exclusivamente com aquele que o colocou e o sustenta no poder.

O Sindicato dos Administradores defende o concurso público em todos os níveis e seleção interna para os cargos gerenciais, alocando-se cada profissional no âmbito da sua especialidade.

Queremos ver o Brasil funcionando com ética, seriedade, competência e honestidade, e a população sendo atendida de forma adequada, com respeito e rapidez.

Estes últimos anos, principalmente 2005, estão-nos mostrando como o sistema atual está falido. Nunca houve no Brasil tanta corrupção, tanto tráfico de influência, tanta incompetência, tanto desperdício, tanto descaso com a população.

Fica aqui o nosso clamor para todos os governantes: os administradores querem ter a oportunidade de ajudar o Brasil a ser um País melhor para se viver. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Gilmar Camargo de Almeida

Exmos. Srs. Deputado Fábio Avelar, 3º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, representando o Presidente desta Casa, Deputado Mauri Torres; Maj. Deoclides Castro Pires, representando o General-de-Divisão Luiz Alfredo Reis Jeffe, Comandante da 4ª Região Militar e 4ª Divisão de Exército; Maurício Pereira de Jesus, Presidente do Sindicato dos Administradores no Estado de Minas Gerais; Deputado Gil Pereira, representando os parlamentares administradores; Deputado Alberto Pinto Coelho, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade.

A apaixonante profissão de administrador comemora 40 anos de regulamentação no Brasil. Antes dessa regulamentação várias foram as contribuições de estudiosos da era pré-científica, tendo origem os primeiros estudos no chão de fábrica por intermédio de estudiosos que nós, administradores, vimos no nosso curso de Administração, como Taylor e Faiol. O primeiro curso de Administração reconhecido pelo MEC foi o da Escola Superior de Administração Pública no Estado do Rio de Janeiro em 1951. Logo após veio o curso de Administração da Fundação Getúlio Vargas, que, no início, tinha como proposta formar profissionais para o serviço público do Estado brasileiro.

Entretanto, somente em 9/9/65 a Lei nº 4.769 regulamentou o exercício da profissão de administrador.

Inicialmente, os profissionais recebiam a titulação de técnicos em Administração. Mais tarde, em junho de 1985, graças ao esforço concentrado dos Conselhos de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, a Lei nº 7.321 tramitou e foi promulgada, alterando a denominação para administrador.

A exemplo de outras profissões liberais, a regulamentação da carreira de administrador previu a criação nos Estados de um órgão responsável pelo disciplinamento e pela fiscalização do exercício profissional, no nosso caso, o Conselho Regional de Administração do Estado de Minas Gerais.

No País há hoje em torno de 1.200 bacharéis em Administração. Após quatro décadas da Lei nº 4.769, que regulamentou a profissão, há no País aproximadamente 1.700 estabelecimentos de ensino, com cerca de 576 mil estudantes.

Apesar do grande número de escolas, o curso de Administração ainda é o mais procurado no País, tanto na fase de graduação como na de pós-graduação.

Em Minas há em torno de 120 estabelecimentos oferecendo 160 cursos de Administração, e aproximadamente 80 mil alunos.

Esses números atestam a magnitude alcançada pela profissão e o reconhecimento por ela conquistado no seio da sociedade, em especial nos campos profissionais de Minas Gerais e do Brasil e, principalmente, na iniciativa privada.

Preocupados com a empregabilidade, a maior parte dos estudantes são motivados a escolher o curso de Administração por sua formação generalista, com o espaço para atuação em diversos setores. Mas o aumento da procura a cada ano também é influenciado por uma demanda real do mercado de trabalho.

Segundo a pesquisa nacional já citada, recentemente atualizada pela "Folha de S. Paulo", 67% dos empregadores reconhecem que, para exercer a função de gerência, é necessária a formação em Administração.

Recentemente, um pesquisador publicou no "Estado de Minas" uma pesquisa mostrando que a profissão de administrador é a segunda mais demandada no Estado.

Ao completar 40 anos de regulamentação, a missão do Conselho Regional e do Conselho de Administração torna-se ainda mais ampla: além de trabalharem pela afirmação da existência e pela fixação da profissão de administrador no macrossistema sócio-jurídico-econômico nacional, têm como desafio esclarecer para a sociedade o papel do administrador no desenvolvimento de organizações sustentáveis, contribuindo para o crescimento econômico e social do País.

O Conselho Regional de Administração de Minas Gerais, para manter a classe dos administradores informada e atualizada sobre as novas tendências da profissão, criou os jornais "Adm Notícias", com tiragem mensal de 35 mil exemplares no Estado e 250 mil no País.

Em 2004, essas entidades realizaram diversos fóruns para discutir a reformulação e a melhoria da qualidade do ensino, a reafirmação da profissão no mercado de trabalho, fóruns considerados os de maior repercussão no cenário nacional. Entre eles, destacamos o Encontro Brasileiro de Administradores - Enbra -, que aconteceu, pela primeira vez, no Rio de Janeiro, em 1976, e terá sua próxima edição em outubro de 2006, em Belo Horizonte.

O Conselho Regional de Administração de Minas Gerais sente-se recompensado por poder oferecer aos que desempenham a profissão de administrador e, em especial, àqueles que estão-se formando, uma profissão consolidada e que goza de prestígio no mundo dos negócios, como demonstrado nas pesquisas da "Folha de S. Paulo" e do "Estado de Minas".

Tudo isso retrata, na verdade, uma conquista profissional. Este foi o caminho percorrido pelos administradores nesses 40 anos de regulamentação.

Nesse período de atuação, o Conselho se consolidou como instituição, ampliou sua participação na discussão de grandes temas nacionais, melhorou sua capacidade administrativa e aproximou-se ainda mais dos administradores.

Por isso, nessa comemoração dos 40 anos de regulamentação da profissão, parabenizamos os administradores.

Queremos também agradecer ao Deputado, administrador e Líder do Governo nesta Casa, Alberto Pinto Coelho, por sua iniciativa de homenagear tão nobre profissão, e parabenizar esta Casa do povo por mais esse justo e oportuno reconhecimento. Muito obrigado.

Entrega de Placa

A locutora - O Deputado Fábio Avelar, 3^o-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, representando o Presidente da Casa, Deputado Mauri Torres, fará a entrega ao Sr. Gilmar Camargo de Almeida de placa alusiva a esta homenagem. Solicitamos a estes que se posicionem no local indicado pela equipe do cerimonial. A placa contém os seguintes dizeres: "Profissionais de vital importância para o desenvolvimento do País, os administradores estão presentes nos mais variados setores, atendendo às demandas do desenvolvimento tecnológico e possibilitando melhorias na gestão de finanças, mercado, pessoas e clientes. Por ocasião das comemorações dos 40 anos de regulamentação dessa profissão, a homenagem do Parlamento mineiro a todos aqueles que exercem tão nobre atividade."

O Sr. Presidente - Gostaria que me acompanhassem na entrega da placa os Deputados Alberto Pinto Coelho, autor do requerimento desta justa homenagem, e Gil Pereira, que representa todos os parlamentares administradores nesta Casa.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Presidente

Bom-dia a todos e a todas. Quero cumprimentar os Exmos. Srs. Gilmar Camargo de Almeida, Presidente do Conselho Regional de Administração de Minas Gerais; Maj. Deoclides Castro Pires, representando o Gen.-Div. Luiz Alfredo Reis Jeffe, Comandante da 4^a Região Militar, 4^a Divisão de Exército; Maurício Pereira de Jesus, Presidente do Sindicato dos Administradores no Estado de Minas Gerais, com quem tive o privilégio de conviver durante quase 30 anos, na Copasa, e cuja presença nos dá muita satisfação - e aproveito para dar o meu testemunho de sua garra, de sua luta e de seu trabalho em prol de toda a categoria dos administradores -; Deputado Gil Pereira, representando todos os parlamentares administradores nesta Casa, que não são poucos - entre eles o Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho -; e o Deputado Alberto Pinto Coelho, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, a quem parabenizo pela iniciativa de apresentar esse requerimento que foi aprovado pela quase totalidade dos Deputados desta Casa. Só não o assinaram aqueles que, por um motivo ou por outro, não se encontravam na Assembléia. Isso demonstra o carinho e o respeito que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais tem com a classe dos administradores.

Agradecemos a presença de todos nesta manhã, fazendo referência à imprensa presente. Cumprimentamos os telespectadores da TV Assembléia, que mostra nosso trabalho aos nossos eleitores, hoje presente em mais de 200 cidades do Estado de Minas Gerais.

Quando comemoramos 40 anos da Lei nº 4.769, de 9/9/65, reconhecemos a grande importância de uma categoria profissional que integra o mundo por sua participação nos mais diversos segmentos: na indústria, no comércio, na prestação de serviços e nas profissões liberais. Toda

empresa, independentemente de seu porte, produto ou serviço, necessita de um profissional capacitado para planejar, organizar, dirigir e controlar suas atividades, seja no setor público, seja no privado, em empresas com finalidade de lucro, seja no chamado terceiro setor, como entidades filantrópicas.

O Brasil, com mais de 2.300 cursos na área de administração, suplantado apenas pelos Estados Unidos e pela Índia, atesta como, nestas quatro décadas, nossas empresas vêm conseguindo, pela formação de bons profissionais, melhores resultados na gestão financeira, de mercado, de pessoas e clientes. A administração, como ciência e profissão regulamentada, parece relativamente nova, mas é uma das atividades mais antigas relacionadas à cooperação humana.

Na Suméria e no velho Egito, temos notícia de administrações públicas sistematizadas e organizadas. Na China, as regras de administração pública de Confúcio destacavam a necessidade de conhecimento da realidade objetiva para bem governar, definindo normas e princípios de gestão. Duas instituições destacam-se na história da administração: a Igreja Católica Romana e as organizações militares. A Igreja Católica, atravessando séculos e revoluções, pode ser considerada a organização formal mais eficiente da civilização ocidental. A organização dos exércitos nacionais tem-se constituído numa das principais preocupações do Estado moderno. O exército aparece como o primeiro sistema administrativo dos tempos modernos, adotando princípios e práticas administrativas comuns às empresas.

Com a decisão racional como variável fundamental, toda uma engenharia humana foi desenvolvida pela ciência da administração, com grande impacto e influência das ciências sociais. Hoje o administrador de empresas tem um papel relevante no meio social, com espírito empreendedor e público comprometido com os problemas da comunidade. Planejar algo é sempre uma missão difícil, já que muitos fatos surpreendem e mudam o rumo da história. Por isso organização, planejamento e método devem trazer segurança num mundo sujeito a mudanças de percurso. No entanto, nenhuma organização sobrevive sem uma política em que sejam definidos objetivos e valores.

É assim que o código de ética profissional dos administradores alerta para seu compromisso, que, além do cliente, se estabelece com o interesse social. O administrador, por meio do zelo, da diligência e da honestidade, defende direitos, bens e interesses de clientes, instituições e sociedades, sem abdicar de sua dignidade, prerrogativas e independência profissional. Celebramos os 40 anos de regulamentação da profissão de administrador no Brasil, que necessita, diante das mudanças próprias da globalização, de indivíduos com uma formação humanística que lhes proporcione uma visão crítica da sociedade e um poder de atuação para solucionar os mais diversos problemas de organização. O Brasil e o mundo necessitam, cada vez mais, de profissionais capacitados para enfrentarem uma realidade dinâmica em que predomina a forte concorrência.

É fundamental seu papel no desenvolvimento da sociedade e das organizações não só pela eficiência, mas também pelo respeito aos valores permanentes da verdade e do bem comum. Muito obrigado.

Em nome do Presidente desta Casa, o ilustre Deputado Mauri Torres, agradeço, mais uma vez, a presença de todas e de todos nesta manhã, em que esta Casa, que é do povo, registra em seus anais esta memorável e justa homenagem aos administradores.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de segunda-feira, dia 26, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 18ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 14/9/2005

Às 9h37min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Laudelino Augusto, Doutor Ronaldo, João Leite e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Laudelino Augusto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Ronaldo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a debater, com convidados, a Política Estadual de Apoio a Projetos para Geração de Crédito de Carbono, estabelecida nos moldes do Protocolo de Kyoto. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei nº 2.493/2005, no 1º turno (Deputado Doutor Ronaldo), e 2.556/2005, em turno único (Deputado Sávio Souza Cruz). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Doutor Ronaldo, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.408/2004 na forma do Substitutivo nº 4, que apresenta; pela rejeição dos Substitutivos nºs 1, 2 e 3 e pela prejudicialidade das Emendas nºs 1 a 6 e da Subemenda nº 1 à Emenda nº 1 ao projeto no 1º turno, o Presidente defere pedido de vista do Deputado Sávio Souza Cruz. O Projeto de Lei nº 1.951/2004 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Doutor Ronaldo, aprovado pela Comissão, bem como o Projeto de Lei nº 2.141/2005, por falta de pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, são aprovados os Requerimentos nºs 5.286 e 5.289 a 5.291/2005. Registra-se voto contrário do Deputado Sávio Souza Cruz aos Requerimentos nºs 5.289 a 5.291/2005. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Laudelino Augusto, em que solicita seja enviado ofício ao Secretário de Estado do Meio Ambiente solicitando a imediata regulamentação da Lei nº 15.399, de 24/11/2004, que "determina aos empreendimentos que menciona o encaminhamento, ao poder público, de relatório de avaliação de risco ambiental"; Sávio Souza Cruz, em que solicita seja enviado ofício ao Presidente desta Casa com vistas a que seja proferida decisão sobre a questão de ordem formulada em Plenário pelo referido Deputado acerca do apensamento do Projeto de Lei nº 2.268/2005 ao Projeto de Lei nº 1.408/2004 e, considerando que as proposições não guardam semelhança entre si, seja determinado o desapensamento; João Leite, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a DN nº 72/2004 do Copam; Gilberto Abramo e Adalclever Lopes em que solicita seja realizada visita à área que cria a Estação Ecológica do Cercadinho, objeto do Projeto de Lei nº 2.266/2005. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários para, em reunião especial, ouvir a Sra. Enil Almeida Brécia, Coordenadora do Grupo Créditos de Carbono de Minas Gerais da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; e os Srs. Ronaldo César de Almeida, Consultor do IEF; Rogério de Souza Moreira, Diretor Jurídico da Associação Mineira de Municípios - AMM -; Dennis de Oliveira Ayres, Coordenador da Comissão de Meio Ambiente do CREA-MG; Prof. Milton Nogueira da Silva, Consultor Internacional; Ricardo Campolin Moraes, Euler Silva, Frederico Ludolf e Vassil Russeff Prado, alunos do Curso de Capacitação do MDL - Protocolo de Kyoto. A Presidência concede a palavra ao Deputado Carlos Pimenta, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de setembro de 2005.

Laudelino Augusto, Presidente - Doutor Ronaldo - João Leite - Sávio Souza Cruz.

ORDENS DO DIA

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 4.944/2005, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita ao Presidente do CETEC informações sobre o valor dos recursos colocados à disposição da área de laticínios do projeto Ensino e Desenvolvimento Tecnológico para o Controle Ambiental na Indústria de Minas Gerais, bem como a prestação de contas desses recursos. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 5.028/2005, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita ao Chefe de Polícia Civil informação sobre o policial Paulo Sérgio dos Santos, que mesmo condenado continua trabalhando em Itajubá. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.030/2005, da Comissão de Administração Pública, em que solicita ao Comandante-Geral da PMMG informações sobre o número de policiais militares que, em virtude de medida liminar concedida pelo Poder Judiciário, se encontram no exercício de suas funções, além de outras que especifica. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.098/2005, da Deputada Ana Maria Resende, em que solicita ao Secretário do Planejamento e Gestão o envio a esta Casa de quadro demonstrativo/comparativo com o vencimento básico dos profissionais de educação básica. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.120/2005, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita à Corregedoria da Polícia Civil pedido de informação sobre a apuração da morte do Srr. Nilson Pereira de Souza, ocorrida em maio de 2005 na cadeia pública do Município de João Pinheiro. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.167/2005, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita ao Juiz da Comarca de Minas Novas o envio a esta Comissão de cópia do mandado de busca e apreensão expedido por esse juízo na residência do Sr. Antônio Rodrigues Xavier. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.200/2005, do Deputado Sargento Rodrigues, em que solicita ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado as informações que especifica, referentes à Lei Complementar nº 51, de 20/9/85, e à Lei nº 869, de 1957. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 91, que modifica a estrutura das carreiras policiais civis, cria a carreira de Agente de Polícia, cria cargos no Quadro de Pessoal da Polícia Civil e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Miguel Martini opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.551, que institui a política estadual de prevenção e combate a desastres decorrentes de chuvas intensas e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Dilzon Melo opina pela manutenção do veto aos arts. 8º e 9º e pela rejeição do veto ao inciso IV do art. 4º e ao inciso V do art. 5º.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.589, que dispõe sobre a defesa sanitária vegetal do Estado. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Dilzon Melo opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.603, que institui o Fundo Máquinas para o Desenvolvimento - Fundomaq. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário o Deputado Dalmo Ribeiro Silva opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 16.595, que dispõe sobre a política de incentivo ao uso de energia eólica e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Leonídio Bouças opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.616/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 15.292, de 5/8/2004.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.286/2005, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.606/2005, da Mesa da Assembléia, que cria, na estrutura da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o Serviço de Orientação e Defesa do Consumidor - Procon Assembléia - e dá nova redação ao inciso IV do art. 1º da Resolução nº 5.198, de 21/5/2001, que modifica a estrutura administrativa da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.991/2004, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.077/2005, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Recreio. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.460/2005, do Governador do Estado, que dispõe sobre as tabelas de vencimento básico das Carreiras dos Profissionais de Educação Básica que integram o Grupo de Atividades de Educação Básica, de que trata a Lei nº 15.293, de 5/8/2004, os seus reajustamentos e o posicionamento de servidores nas referidas carreiras. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Administração Pública, com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 11ª reunião Ordinária da mesa da Assembléia, a realizar-se às 10 horas do dia 27/9/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

Ordem do dia da 16ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 27/9/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 5.258 e 5.259/2005, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 20ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 27/9/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.532/2005, do Deputado Laudelino Augusto.

Requerimento nº 5.340/2005, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 16ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 27/9/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.564/2004, da Deputada Ana Maria Resende; 1.599/2004, do Deputado Leonardo Moreira.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.596/2004, do Deputado Doutor Ronaldo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.211 e 2.420/2005, do Deputado Arlen Santiago; 2.345/2005, do Deputado José Milton; 2.392/2005, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 2.339/2005, do Deputado Sávio Souza Cruz;; 2.510/2005, do Deputado Luiz Fernando Faria.

Requerimentos nºs 5.246, 5.248 e 5.249/2005, do Deputado Doutor Viana; 5.254/2005, do Deputado Gil Pereira; 5.311, 5.312, 5.313 e 5.314/2005, da Deputada Vanessa Lucas; 5.326 e 5.327/2005, do Deputado Sebastião Helvécio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Cultura Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 27/9/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.471/2005, do Deputado André Quintão.

Requerimentos nºs 5.277/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.323 e 5.352/2005, da Deputada Vanessa Lucas, e 5.341/2005, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 22ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 27/9/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 68/2005, do Governador do Estado; Projetos de Lei nºs 2.139 e 2.247/2005, do Deputado Doutor Viana; 2.257/2005, do Deputado Carlos Pimenta; 2.282/2005, do Deputado Zé Maia; 2.396/2005, do Deputado George Hilton; 2.397/2005, do Deputado Jésus Lima; 2.399/2005, do Deputado João Leite; 2.451/2005, do Deputado Sávio Souza Cruz; 2.509/2005, da Deputada Lúcia Pacífico; 2.548/2005, do Deputado Paulo Piau e do Colégio de Líderes; 2.555/2005, da Deputada Elisa Costa; 2.568/2005, do Deputado Carlos Pimenta; 2.625/2005, do Deputado Domingos Sávio; 2.628/2005, do Deputado Sebastião Helvécio; e 2.637/2005, do Deputado George Hilton.

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.607/2005, do Deputado Carlos Gomes.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.233/2005, do Deputado Durval Ângelo; 2.600/2005, do Deputado André Quintão; 2.615/2005, do Deputado Gustavo Valadares; 2.617, 2.618, 2.619 e 2.620/2005, do Governador do Estado; 2.621/2005, do Deputado Antônio Júlio; 2.624/2005, do Deputado Carlos Gomes; e 2.627/2005, do Deputado Ricardo Duarte.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 20ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 28/9/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater com os gestores do PSF no Estado com vistas a revigorar, aperfeiçoar e facilitar a implantação do Programa Saúde Família nos Municípios de Minas Gerais, a requerimento do Deputado Carlos Pimenta, com os convidados mencionados na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 20ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 28/9/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.951/2004, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.423/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.556/2005, do Deputado Elmiro Nascimento, e os Requerimentos nºs 5.338/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.372/2005, do Deputado Fábio Avelar, e 5.373/2005, do Deputado João Bittar.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 27/9/2005, destinada I, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, II, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação do Veto à Proposição de Lei Complementar nº 91, que modifica a estrutura das carreiras policiais civis, cria a carreira de Agente de Polícia, cria cargos no Quadro de Pessoal da Polícia Civil e dá outras providências; dos Vetos às Proposições de Lei nºs 16.551, que institui a política estadual de prevenção e combate a desastres decorrentes de chuvas intensas e dá outras providências; 16.589, que dispõe sobre a defesa sanitária vegetal do Estado; 16.595, que dispõe sobre a política de incentivo ao uso de energia eólica e dá outras providências; e 16.603, que institui o Fundo Máquinas para o Desenvolvimento - Fundomaq; dos Projetos de Resolução nºs 2.286/2005, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica; 2.606/2005, da Mesa da Assembléia, que cria, na estrutura da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o Serviço de Orientação e Defesa do Consumidor - Procon Assembléia - e dá nova redação ao inciso IV do art. 1º da Resolução nº 5.198, de 21/5/2001, que modifica a estrutura administrativa da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; e 2.616/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 15.292, de 5/8/2004; e dos Projetos de Lei nºs 1.991/2004, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais; 2.077/2005, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Recreio; e 2.460/2005, do Governador do Estado, que dispõe sobre as tabelas de vencimento básico das Carreiras dos Profissionais de Educação Básica que integram o Grupo de Atividades de Educação Básica, de que trata a Lei nº 15.293, de 5/8/2004, os seus reajustamentos e o posicionamento de servidores nas referidas carreiras; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 26 de setembro de 2005.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gustavo Valadares, Antônio Genaro, Antônio Júlio, Dinis Pinheiro, Ricardo Duarte e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 27/9/2005, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 2.357/2005, do Governador do Estado, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 2005.

Fahim Sawan, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Mesa da Assembléia

Relatório

A Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, por meio da proposição em análise, atendendo a requerimento dos Deputados Sávio Souza Cruz e João Leite, aprovado na reunião de 24/8/2005, requer ao Presidente da Casa seja encaminhado ofício à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - e à Fundação Estadual de Meio Ambiente - Feam -, com cópia para as Secretarias de Meio Ambiente dos Municípios de Belo Horizonte e Nova Lima e à Promotoria de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público Estadual, solicitando que informem se o processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos situados na Área de Proteção Ambiental do Cercadinho, glebas 84 e 85 do Bairro Belvedere, já está sob análise do Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam.

Após sua publicação no "Diário do Legislativo", em 1º/9/2005, vem a matéria à Mesa da Assembléia para receber, nos termos do art. 79, inciso VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Área de Proteção Especial - APE - do Cercadinho foi criada pelo Decreto Estadual nº 22.108, de 1982, e alterada pelo Decreto nº 32.017, de 1990, para adequar a delimitação da área aos reais limites topográficos da bacia hidrográfica vertente. A figura da APE está prevista no Capítulo V da Lei Federal nº 6.766, de 16/12/79, e tem por finalidade proteger áreas de mananciais como a do caso em tela, entre outras situações possíveis. Entretanto, o decreto não tem cumprido esse papel, e o perímetro da área protegida do manancial do Cercadinho tem sido, nos últimos anos, sistematicamente invadido e desrespeitado. Essa situação agravou-se com a atitude da Prefeitura de Belo Horizonte, que fez uma dação em pagamento da gleba 84, situada dentro da APE, no Bairro Belvedere, a uma empresa que pretende construir no local um superempreendimento imobiliário com 600 apartamentos e uma torre comercial, com reflexos ambientais e urbanísticos ainda não calculados. Essa atitude foi considerada ilegal por diversas associações e pelo Ministério Público, que movem ações na justiça objetivando cancelá-la.

Ademais, há uma dúvida real de que o Município de Belo Horizonte detenha a propriedade da área do manancial do Cercadinho, condição essencial que o autorizaria a fazer a dação em pagamento. Segundo consta, a cadeia dominial não está firmada, pois a Fazenda do Cercado, onde fica o Córrego Cercadinho, foi adquirida pelo Estado, na época da construção da Capital, para que suas "águas límpidas e puras" servissem ao abastecimento público da cidade que se criava. O Estado, à época, cedeu somente a posse e o uso ao Município, para que ele gerisse o referido abastecimento público. Não se encontrou, assim, nos estudos e levantamentos realizados e conhecidos até o momento prova irrefutável de que a Prefeitura seja proprietária de fato e de direito da área.

O art. 3º do decreto que criou a APE do Cercadinho e o art. 3º do decreto que o substituiu são idênticos e determinam que os projetos de loteamentos ou de parcelamentos de solo, para fins urbanos, na área da APE do Cercadinho, serão submetidos, antes da aprovação pelo Município, à prévia anuência do Estado. Essa anuência, por tudo que já se investigou no caso, não foi solicitada, carecendo, dessa forma, de legalidade os atos subsequentes.

A partir de outro requerimento, proposto pelo Deputado Sávio Souza Cruz e aprovado em audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais de 17/5/2005, encaminharam-se ofícios aos Secretários de Meio Ambiente do Estado, de Belo Horizonte e de Nova Lima, e à empresa Fernando Valle o entendimento desta Comissão, com base na legislação vigente, de que o empreendimento imobiliário a se construir na gleba 84 do Bairro Belvedere deveria ser objeto de licenciamento ambiental do Copam.

Nessa audiência pública do dia 17/5/2005, o Sr. Ilmar Bastos, Presidente da Feam, representando o Secretário Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que também é o Presidente do Copam, se manifestou da seguinte forma sobre o tema:

"O aspecto mais importante dessa discussão diz respeito à inclusão do projeto numa área de proteção especial - APE -, por se tratar de área de recarga de manancial, nesse caso, o do Cercadinho.

Além da Lei nº 6.766, existe o Decreto nº 39.585, que a regulamenta, em parte. O art. 5º desse decreto estabelece o seguinte: "O processo será analisado de acordo com as diretrizes do planejamento estadual e municipal e, se necessário, o órgão competente condicionará a anuência do Estado à prévia manifestação de órgãos federais ou estaduais, competindo ao interessado providenciar a remessa da cópia do processo aos órgãos indicados. § 1º - Nos casos de parcelamento com área superior a 100ha ou localizado em área de interesse especial, definida por legislação federal ou estadual, tais como as previstas no art. 1º e parágrafo único deste decreto, as de proteção de mananciais e do patrimônio paisagístico ou arqueológico, a anuência será precedida da licença ambiental de instalação, chamada LI, emitida pelo Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam." (...).

"Assim, podemos concluir que há dois aspectos a serem considerados. O parcelamento, nessas áreas especiais limítrofes ou dentro de áreas de mananciais, é do Estado. Não há dúvidas quanto a isso, porque a legislação indica esse caminho.(...)"

A explanação do Presidente da Feam foi enfática quanto à existência de ritos legais a serem cumpridos. Antes de se fazer o parcelamento do solo em Áreas de Proteção Especial, é necessário obter-se o licenciamento ambiental do Copam e, em seguida, solicitar anuência ao Estado, que o fará, se assim entender conveniente, por meio da Secretaria de Planejamento. O não-cumprimento pela Prefeitura de Belo Horizonte de qualquer dos dois ritos justificou a apresentação do requerimento do dia 17/5/2005, anteriormente citado. O que a Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais pretende, neste momento, é ser informada do andamento e das providências adotadas, ou seja, se o licenciamento ambiental da área foi avocado ao Estado.

O requerimento preenche os requisitos para sua apreciação pela Mesa da Assembléia, especialmente o art. 46, inciso III, do Regimento Interno, que outorga ao Deputado o direito de encaminhar pedido escrito de informação, c/c o art. 79, inciso VIII, "c", que atribui à Mesa a competência para emitir parecer sobre o assunto.

Por fim, apresentamos um substitutivo ao requerimento para que se inclua, sob a forma de anexo, texto com um breve histórico sobre o tema e que deve ser apensado aos ofícios a serem despachados aos destinatários principais e àqueles que receberão cópias. O objetivo é permitir aos destinatários, mesmo de forma resumida, acesso a dados que justificaram o pedido de informações. Além disso, o substitutivo retira do requerimento a parte do texto em que se pede sejam solicitadas informações sobre a gleba 85, que foi mencionada por engano e não faz parte do licenciamento ambiental sob foco.

Conclusão

Pelo exposto, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 5.260/2005, na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

Substitutivo nº 1

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, atendendo a requerimento dos Deputados Sávio Souza Cruz e João Leite aprovado na 16ª Reunião Ordinária do dia 24/8/2005, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, que encaminhe à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - e à Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam -, pedido escrito de informação, ao qual deve ser apensado o anexo deste requerimento, questionando se o processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos situados na Área de Proteção Ambiental do Cercadinho, gleba 84 do Bairro Belvedere, já está sob análise do Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam -, conforme requerimento aprovado na reunião desta Comissão de 17/5/2005, quando ficou acordado com o Presidente da Feam, Sr. Ilmar Bastos Santos, a adoção de providências imediatas para se avocar o referido processo de licenciamento ambiental para a esfera estadual e não uma mera anuência no processo em curso no Município de Belo Horizonte.

Requer, ainda, seja enviada cópia deste requerimento à Secretaria de Meio Ambiente dos Municípios de Belo Horizonte e de Nova Lima e à Promotoria de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público Estadual.

Sala de Reuniões da Mesa, 13 de setembro de 2005.

Mauri Torres, Presidente - Fábio Avelar, relator - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento.

Anexo

A Área de Proteção Especial - APE - do Cercadinho foi criada pelo Decreto Estadual nº 22.108, de 1982, e alterada pelo Decreto nº 32.017, de 1990, para adequar a delimitação da área aos reais limites topográficos da bacia hidrográfica vertente. A figura da APE está prevista no Capítulo V da Lei Federal nº 6.766, de 16/12/79, e tem por finalidade proteger áreas de mananciais como a do caso em tela, entre outras situações possíveis. Entretanto, o decreto não tem cumprido esse papel, e o perímetro da área protegida do manancial do Cercadinho tem sido, nos últimos anos, sistematicamente invadido e desrespeitado. Essa situação agravou-se com a atitude da Prefeitura de Belo Horizonte, que fez uma dação em pagamento da gleba 84, situada dentro da APE, no Bairro Belvedere, a uma empresa que pretende construir no local um empreendimento imobiliário com 600 apartamentos e uma torre comercial, com reflexos ambientais e urbanísticos não de todo dimensionados. Essa atitude foi considerada ilegal por diversas associações e pelo Ministério Público, que movem ações na Justiça com o objetivo de anulá-la.

Ademais, há dúvida de que o Município de Belo Horizonte detenha a propriedade da área do manancial do Cercadinho, condição essencial que o autorizaria a fazer a dação em pagamento. Segundo consta, a cadeia dominial não está firmada, pois a Fazenda do Cercado, onde fica o Córrego Cercadinho, foi adquirida pelo Estado, na época da construção da Capital, para que suas águas límpidas e puras servissem ao abastecimento público da cidade que se criava. O Estado, à época, passou somente a posse e o uso ao Município, para que ele gerisse o referido abastecimento público. Não se encontrou, assim, nos estudos e levantamentos realizados e conhecidos até o momento, prova de que a Prefeitura seja proprietária do local.

O art. 3º do decreto que criou a APE do Cercadinho e o art. 3º do decreto que o substituiu são idênticos e determinam que os projetos de loteamentos ou de parcelamentos de solo, para fins urbanos, na área da APE do Cercadinho, serão submetidos, antes da aprovação pelo Município, à prévia anuência do Estado. Essa anuência, por tudo que já se investigou no caso, não foi solicitada, carecendo, dessa forma, de legalidade os atos subsequentes.

A partir de outro requerimento, proposto pelo Deputado Sávio Souza Cruz e aprovado em 17/5/2005, em audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, encaminharam-se ofícios aos Secretários de Meio Ambiente do Estado, de Belo Horizonte e de Nova Lima, e à empresa Fernando Valle com o entendimento desta Comissão, com base na legislação vigente, de que o empreendimento imobiliário a se construir na gleba 84 do Bairro Belvedere deveria ser objeto de licenciamento ambiental do Copam.

Nessa audiência pública, o Sr. Ilmar Bastos, Presidente da Feam, representando o Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que também é o Presidente do Copam, se manifestou da seguinte forma sobre o tema:

"O aspecto mais importante dessa discussão diz respeito à inclusão do projeto numa área de proteção especial - APE -, por se tratar de área de recarga de manancial, nesse caso, o do Cercadinho.

Além da Lei nº 6.766, existe o Decreto nº 39.585, que a regulamenta, em parte. O art. 5º desse decreto estabelece o seguinte: 'O processo será analisado de acordo com as diretrizes do planejamento estadual e municipal e, se necessário, o órgão competente condicionará a anuência do Estado à prévia manifestação de órgãos federais ou estaduais, competindo ao interessado providenciar a remessa da cópia do processo aos órgãos indicados. § 1º - Nos casos de parcelamento com área superior a 100ha ou localizado em área de interesse especial, definida por legislação federal ou estadual, tais como as previstas no art. 1º e parágrafo único deste decreto, as de proteção de mananciais e do patrimônio paisagístico ou arqueológico, a anuência será precedida da licença ambiental de instalação, chamada LI, emitida pelo Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam.' (...).

"Assim, podemos concluir que há dois aspectos a serem considerados. O parcelamento, nessas áreas especiais limítrofes ou dentro de áreas de mananciais, é do Estado. Não há dúvidas quanto a isso, porque a legislação indica esse caminho. (...)"

A explanação do Presidente da Feam foi enfática quanto à existência de ritos legais a serem cumpridos. Antes de se fazer o parcelamento do solo em Áreas de Proteção Especial, é necessário obter-se o licenciamento ambiental do Copam e, em seguida, solicitar anuência ao Estado, que o fará, se assim entender conveniente, por meio da Secretaria de Planejamento. O não-cumprimento pela Prefeitura de Belo Horizonte de qualquer dos dois ritos justificou a apresentação do requerimento do dia 17/5/2005, anteriormente citado. O que a Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais pretende, neste momento, é ser informada do andamento e das providências adotadas, ou seja, se o licenciamento ambiental da área foi avocado ao Estado.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

69ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 21/9/2005

A Deputada Maria Tereza Lara* - Srs. Deputados, Sras. Deputadas e Martinho Divino de Lima, Vereador de Alpinópolis, presente neste dia bastante significativo, a quem cumprimento de forma especial.

Hoje comemoramos o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência, instituído pelo governo federal por meio da Lei nº 11.133, de 14/7/2005.

Antes de mais nada, gostaria de rever a terminologia referente ao tratamento nominal dessas pessoas: de deficientes físicos visuais, auditivos e mentais para portadores de deficiência; e, agora, após conscientização e reflexão da nossa sociedade, para pessoas com deficiência. Os próprios movimentos sociais desejam essa terminologia.

Mas, por que "com deficiência"? Porque, muitas vezes, essas pessoas apresentam provisoriamente uma deficiência, não sendo definitiva. Mas, mesmo sendo uma deficiência temporária, precisam e devem ter seus direitos assegurados. Se a deficiência não é temporária, mas permanente, ainda se justifica a terminologia "com deficiência", uma vez que a pessoa não porta uma deficiência, como se porta um objeto de vestuário ou adereço. A deficiência faz parte de seu ser. As pessoas não portam uma deficiência. Elas são deficientes. Esse novo conceito é defendido pelas entidades que congregam e defendem seus direitos.

Neste Dia de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência, apresentamos alguns dados estatísticos do IBGE. No Brasil, 14,5% da população são deficientes, ou seja, aproximadamente 24.600.000 pessoas apresentam algum tipo de incapacidade ou deficiência. São pessoas com alguma dificuldade de visão, audição, locomoção ou com alguma deficiência física ou mental.

Quando se trata da inserção das pessoas deficientes no mercado de trabalho, verifica-se uma proporção de pessoas ocupadas em número muito menor neste grupo que no grupo de pessoas sem nenhuma das deficiências investigadas.

O tipo de deficiência que dificulta mais a inserção no mercado de trabalho é a deficiência mental. Somente 19,3% das pessoas que declararam apresentar deficiência mental permanente estão ocupadas. As outras incapacidades permitem uma inserção maior no mercado de trabalho: incapacidade física ou motora, 24,1%, dificuldade na audição, 34%, e dificuldade para enxergar, 40,8%. Para quem não apresenta nenhuma dessas deficiências, a proporção de pessoas ocupadas sobe para 49,9%.

Como vimos, Sras. e Srs. Deputados, o quadro em que estão inseridas as pessoas com deficiência em nosso país não é muito bonito. Por esse motivo, comemoramos neste dia o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência.

Informamos que o Projeto de Lei nº 1.672/2004, da nossa autoria, que estabelece a política da pessoa com deficiência no Estado, como um estatuto da pessoa com deficiência, encontra-se na Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social. Esse projeto estabelece várias providências para garantir o pleno exercício da cidadania às pessoas com deficiência, além de combater o preconceito e a marginalização nos espaços público e privado, estabelecendo condições que favoreçam a convivência e a inclusão social, sem falar dos direitos básicos, como saúde, transporte, segurança e educação. Ele também sintetiza toda a legislação atual das pessoas com deficiência. O projeto foi discutido com várias entidades e contou com a grande contribuição do nosso companheiro Dr. Márcio Ferreira.

Tramita também nesta Casa o Projeto de Lei nº 2.224/2005, da nossa autoria, que institui o Certificado de Inclusão e o Selo de Inclusão no Estado, destinado a conceder honraria a pessoas físicas ou jurídicas que adaptem suas edificações e treinarem seus funcionários, eliminando as barreiras arquitetônicas e sociais, a fim de garantir melhor acesso às pessoas com deficiência. No momento, esse projeto se encontra na Comissão de Constituição e Justiça.

Também tivemos a oportunidade de apresentar o projeto de lei que deu origem à Lei nº 14.456, de 2000, que criou o Conselho Estadual das Pessoas Portadoras de Deficiência, quando ocupávamos uma cadeira nesta Assembléia, na última legislatura. O Conselho foi instalado e vem desenvolvendo um bom trabalho no Estado, sob a coordenação do Prof. Flávio Couto e Silva de Oliveira.

Ressaltamos a importância dos conselhos, sobretudo os de defesa dos direitos dos portadores de deficiência.

Atualmente, além do conselho estadual, existem nove conselhos municipais nas cidades de Uberaba, Betim, Governador Valadares e Sabará, entre outras. Em mais cinco cidades, estão em processo de implantação. São os Municípios de Sete Lagoas, Ipatinga, Santa Luzia, Varginha, Itajubá e Contagem. Conclamamos todos os Municípios do Estado a implantarem o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, para que ocorra uma inclusão maior em Minas Gerais.

Também é de nossa autoria o projeto que originou a Lei nº 13.465, de 2000, que estabelece o conceito de pessoa portadora de deficiência para fins de concessão de benefícios pelo Estado. Na época, era necessário legislar sobre os reais conceitos do que é deficiência.

Nosso companheiro, Deputado André Quintão, apresentou o Projeto de Lei nº 1.358/2004, que foi aprovado por esta Casa, autorizando o Poder Executivo a conceder isenção de ICMS às pessoas com deficiência, para a aquisição de automóveis; no entanto, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, para nossa surpresa, no dia 14/7/2005, o Governador do Estado encaminhou mensagem a esta Assembléia comunicando o veto total à Proposição de Lei nº 16.591. Ela está em Plenário, sobrestando as outras proposições para que o veto seja votado. Neste momento, conclamamos todos os Deputados e Deputadas a nos ajudar a derrubar esse veto, para que as pessoas com deficiência possam ter este direito.

Finalizo minhas considerações parabenizando as entidades representativas que oferecem oportunidade, capacitação e desenvolvimento sociocultural para as pessoas com deficiência. Esta Casa, Sr. Presidente, ofereceu, no ano passado, um curso de Libras para os funcionários e assessores de gabinetes. Esse curso teve sua segunda parte iniciada ontem.

Registramos, de nossa autoria e pronto para a ordem do dia em Plenário, a existência do Projeto de Lei nº 1.947/2004, que dispõe sobre a inclusão de intérprete de Libras nas transmissões televisivas estatais. Nesta oportunidade, peço o apoio dos companheiros e das companheiras parlamentares desta Casa Legislativa.

Um dos assessores desta Assembléia mencionou a necessidade de a Casa contratar portadores de deficiência, dando sua contribuição ao processo de inclusão dessas pessoas no mercado de trabalho.

Parabenizamos as emissoras de televisão mineiras que estão oferecendo tradução nos programas; o Instituto São Rafael, uma escola-modelo em Belo Horizonte - esperamos que qualquer mudança nessa escola seja precedida de um efetivo debate com os familiares dos alunos -; a Associação Mineira dos Paraplégicos; o governo federal, pelo incentivo e pelo patrocínio no esporte às pessoas com deficiência; a Fraternidade Cristã de Doentes Deficientes, núcleo Venda Nova; o humorista Geraldo Magela; e o conjunto musical Forró no Escuro, pelo destaque nacional, além de todas as pessoas, profissionais e entidades que trabalham nas suas áreas afins com pessoas com deficiência. Não poderíamos deixar de mencionar a UFMG e a PUC Minas, primeiras universidades a investir nas adaptações físicas para receber os alunos portadores de deficiência

e na qualificação profissional para a educação inclusiva.

Registramos, mais uma vez, a importância deste momento. Conclamamos esta Casa a unir esforços na defesa dos portadores de deficiência. Desejamos que, de fato, haja inclusão, e não exclusão.

O Deputado André Quintão (em aparte) - Registro a importância do pronunciamento de V. Exa. nesta data tão importante, de luta e de inclusão das pessoas com deficiência, e que deve ser marcada pela comemoração das conquistas. Mas também é uma data para lembrarmos os vários desafios e políticas públicas que ainda são necessários para as pessoas com deficiência.

Registro o trabalho que V. Exa. tem feito, ao propor muitas iniciativas legislativas. Tivemos oportunidade, na Comissão de Participação Popular, hoje tão bem presidida pela Deputada Maria Tereza Lara, de discutir a proposta de estatuto estadual, projeto de lei de V. Exa. Um projeto que esperamos chegar o mais rápido possível ao Plenário desta Assembléia. E também as outras proposições já apresentadas e relatadas.

Esta data é muito importante para fortalecer a luta das pessoas com deficiência, os conselhos municipais e estaduais, as políticas públicas e o novo Sistema Único da Assistência Social. É muito importante ter essa visão integrada da educação inclusiva, da profissionalização, do direito à renda, e não mais aquela política segmentada de exclusão e segmentação, talvez de preconceito. É uma visão que incorpora a pessoa com deficiência na vida normal, que desejamos todos a tenham com dignidade.

Tenho certeza de que a Assembléia, reconhecendo essa luta e a importância desta data, poderá, talvez ainda hoje, na análise do veto do projeto que concede a isenção de ICMS para as pessoas com deficiência, estender um benefício para as famílias de autistas e deficientes visuais. Que possamos dar esta contribuição, mais uma além do que a Assembléia tem dado a essa luta.

Parabenizo-a pelo pronunciamento e pelo trabalho realizado como parlamentar nesta Assembléia.

O Deputado Biel Rocha (em aparte) - Expresso nossa satisfação e parabenizo-a pelo pronunciamento, em que se lembra desse dia tão importante de luta dos portadores de deficiência.

Aproveito para registrar um fato, ocorrido em Juiz de Fora, na última semana. O cineasta Franco Gróia, militante do nosso partido e portador de uma deficiência física, um "cadeirante", obteve uma grande vitória na Justiça: uma indenização da rede bancária de Juiz de Fora, onde lutava para que os bancos adaptassem pelo menos um caixa eletrônico para atendê-lo. Conseguiu também uma obrigação para que cada rede bancária de Juiz de Fora, que tenha pelo menos um caixa eletrônico, faça a adaptação no prazo de 120 dias. Foi uma vitória da luta dos portadores de deficiência e do cineasta Franco Gróia. Obrigado.

A Deputada Maria Tereza Lara* - Obrigada. Cumprimento-o também por esse trabalho feito em Juiz de Fora. Enquanto o nobre companheiro falava, lembrei-me da Elizete, amiga "cadeirante", que mostra ser uma pessoa com grande amor pela vida, enquanto muitos de nós reclamamos por tão pouco. A Elizete pensa não nela, mas em organizar as pessoas que têm deficiência para que possam conquistar seus direitos.

Encerro lembrando-me dessa pessoa, não como indivíduo, mas como alguém que cumprimenta todas as entidades e todas as pessoas envolvidas na luta pela inclusão social e pelo direito de as pessoas com deficiência terem uma vida digna de ser vivida.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio* - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, cidadãos e cidadãs que nos acompanham nas galerias e por meio da nossa TV Assembléia, antes de falar dos assuntos que me trazem a esta tribuna, quero congratular-me com a Deputada Maria Tereza Lara e registrar o nosso entendimento de que é fundamental haver políticas públicas comprometidas com todos os cidadãos. Que haja uma atenção especial ao portador de deficiência e aos que, por alguma razão, lidam com maiores dificuldades. Devemos dar maior atenção a eles.

A nossa luta e a nossa parceria com as diversas Apaes, em todo o Estado, especialmente no Centro-Oeste, no Campo das Vertentes, nos possibilitam vivenciar de forma mais gratificante a atividade pública. Quando ali desenvolvemos uma parceria, vemos como o dinheiro público aplicado - às vezes, em conta-gotas - se multiplica com a ação dos voluntários, dos cidadãos e daqueles que são capazes e querem, mais do que todos, demonstrar sua competência e sua capacidade de servir. Mas, muitas vezes, falta um pouco de solidariedade por parte do Estado.

Deputada Maria Tereza Lara, há em Divinópolis uma instituição que é exemplo nesse sentido: a Associação dos Deficientes Físicos do Oeste de Minas - Adfom -, da qual temos sido parceiros, ao longo da nossa história pública, como Vereador, Prefeito e, hoje, Deputado. Como sabemos que enfrentam dificuldades enormes, é fundamental estar sempre atentos.

Congratulo-me com V. Exa. e quero registrar que trabalhamos em absoluta sintonia com esse propósito.

Gostaria também de fazer uma justa homenagem ao querido povo de Oliveira, que, de certa forma, é um pouco minha terra natal, também. Nasci em uma cidade vizinha, São Tiago. Tenho muitos parentes em Oliveira e, mais que isso, um povo amigo, a quem devo muito e por quem tenho procurado trabalhar nesta Casa e retribuir o apoio fantástico que nos deu.

Oliveira comemorou mais um aniversário de emancipação político-administrativa, em 19/9/2005. Trata-se de uma cidade que, hoje, é referência, uma cidade-pólo do Centro-Oeste mineiro. Possui uma história belíssima, mas um presente extremamente auspicioso. Possui uma estrutura urbana muito boa, graças ao trabalho muito sério do Prefeito José Orlando. A cidade está praticamente 100% pavimentada e ainda continua a receber recursos, negociados no ano passado com a minha participação como Deputado e com a do José Orlando. Ronaldo, o atual Prefeito, está aplicando esses recursos de forma adequada e justa, dando continuidade às obras e ao convênio, para que Oliveira possa ter 100% de saneamento e de pavimentação. Mas, mais que isso, ali há um povo que é exemplo para Minas Gerais, hospitaleiro e trabalhador. No aniversário da cidade, aproveito para cumprimentar a todos. No próximo sábado, terei a alegria de estar lá para inaugurar a reforma do Grupo Escolar Desembargador Continentino, da qual tivemos a alegria de participar, ao lado da sua Diretora. Essa obra recuperou não apenas a escola, mas também um prédio belíssimo do patrimônio histórico da cidade, uma construção do final do século XIX e do início do século XX. Além disso, trata-se de um educandário exemplar, referência em Oliveira. Graças ao nosso trabalho, desenvolvido junto à Superintendente de Ensino da Regional de Divinópolis, os recursos lá chegaram, e as obras estão concluídas.

Estaremos lá homenageando o povo de Oliveira. Não tive a oportunidade de assistir ao desfile, visto que a organização do cerimonial não se lembrou de nos enviar um convite; no entanto relevamos essa questão, porque o que importa é o meu espírito, a minha vontade de trabalhar por Oliveira. Para tanto, procuro estar acima de qualquer divergência de natureza política ou partidária. Trabalhar para Oliveira, para mim, é extremamente gratificante. Farei isso indiferentemente de qualquer questão partidária.

Registro que, ao longo destes dois anos e meio de mandato, tivemos a alegria de contribuir para a área de segurança, pois solicitamos - e vimos ser atendida a nossa solicitação - uma viatura e um posto policial para Morro do Ferro, Distrito de Oliveira. Ademais, no que se refere à saúde, tivemos a alegria de incluir recursos no orçamento e vê-los chegar à Santa Casa de Oliveira. Podemos citar ainda recursos destinados ao asfaltamento, além da melhoria da iluminação pública da cidade. Em pouco tempo, contaremos também com o complemento do Luz para Todos na zona rural. Enfim, sempre buscamos levar benefícios à comunidade de Oliveira, já que a melhor maneira de homenagear essa cidade querida é trabalhar por ela.

Sr. Presidente, aproveite a oportunidade em que me dirijo aos colegas parlamentares e ao povo mineiro para propor uma reflexão sobre dois projetos importantes em tramitação. Um foi aprovado na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, da qual sou Presidente. Sou relator do outro projeto, em análise por nós, e buscamos aperfeiçoá-lo. Refiro-me aos projetos que tratam das tabelas que propõem reajuste salarial aos servidores, a uma tabela para ser incorporada ao plano de carreira dos servidores.

É consenso nesta Casa que já não podemos aguardar, que o servidor já não pode esperar. É indiscutível que o Governador Aécio Neves, ao conseguir organizar o Estado, fazer os planos de carreira e enviar à esta Casa as tabelas, marca um divisor de águas nesse período triste da vida do servidor, durante certo tempo, abandonado. Agora, começa um novo tempo. Queremos que o servidor tenha não apenas reajuste salarial neste momento, mas também que todos os anos possa contar com uma revisão, um crescimento no salário, além de dispor de uma carreira que lhe garanta adequada aposentadoria.

A tabela da educação já está pronta para ser votada no 1º turno, em Plenário. Portanto registro minha preocupação, pois temos de agilizar a votação dos vetos que estão obstruindo a pauta. Depois dessa votação, tentaremos aperfeiçoar o projeto. Sr. Presidente, lembro que esse projeto foi objeto de várias emendas. Eu mesmo lhe apresentei emenda. Apresentei sugestões ao nobre Deputado Dalmo Ribeiro Silva, grande companheiro que, com muita competência, foi seu relator na Comissão de Constituição e Justiça. Sugerimos, então, que se garanta o mínimo de R\$300,00 e que nenhum servidor sofra redução de salário. Não podemos aceitar a idéia de que, em virtude dos degraus da tabela do Imposto de Renda, alguém tenha redução de salário. Além do mais, como já disse, queremos que todos os anos seja feita uma revisão. Ressalto que os servidores desejam um reajuste o mais rápido possível, o que é muito justo. Temos de aperfeiçoar esses projetos. Hoje realizaremos uma reunião de que participará o Secretário Anastasia. Sou relator do projeto de tabela da saúde. Vamos, então, reunir-nos com ele e com as lideranças dos servidores públicos, a fim de verificarmos alguns aspectos a serem aperfeiçoados. É preciso aprofundarmos as negociações, aperfeiçoar o projeto; todavia, não podemos permanecer numa queda-de-braço indefinida, adiando a votação. Portanto espero que ainda hoje, no encontro com o Secretário Anastasia, no tocante a algumas reivindicações, possamos evoluir. Como relator, pretendo aperfeiçoar a redação final do projeto para que venha a Plenário e seja votado, de forma que o servidor receba o reajuste no próximo mês.

Embora o projeto esteja tramitando com o reajuste retroativo a 1º de setembro, estamos impossibilitados, pois a folha de pagamento começa a ser rodada agora. Assim, os salários poderão ser pagos na primeira semana de outubro. Então, precisamos trabalhar para que, em outubro, a folha de pagamento seja rodada com os reajustes, com a diferença salarial de setembro. Mais que isso, que o décimo-terceiro deste ano dos servidores da educação e da saúde seja pago com o novo salário, reajustado. Esperamos que as outras categorias também venham a ser contempladas, que sejam reajustadas as tabelas dos meus colegas médicos- veterinários do IMA, dos profissionais da Emater e dos diversos órgãos das administrações pública, fazendária e do meio ambiente. Todo servidor público está sofrendo o mesmo drama. Precisamos agilizar esses reajustes, principalmente os da saúde e da educação, e cobrarmos as demais tabelas, o mais rápido possível, para analisarmos e fazermos justiça ao servidor público ainda neste ano.

Quereria, ainda, nestes minutos finais, Sr. Presidente, fazer o registro de uma reunião da qual tive a alegria de participar nesta Casa, na semana passada, com o Deputado Bilac Pinto, Secretário de Ciência e Tecnologia, que representou, para mim, momento de extrema felicidade. Digo isso porque começamos a colher os frutos de uma luta que eu e vários colegas empreendemos, fazendo justiça - creio que posso dizer, com a participação de todos os Deputados e Deputadas desta Casa - por reconhecermos, desde o primeiro momento, a importância de o governo do Estado fortalecer a Universidade do Estado de Minas Gerais, a nossa Uemg. Para isso, fizemos uma proposição, que nossos colegas também assinaram, de criação de uma Frente Parlamentar de Defesa da Uemg. Tive a honra de ter sido proponente e coordenador dessa frente nesta Casa.

Também fizemos, por nossa iniciativa, com o apoio dos colegas, uma comissão especial que estudou a realidade da Universidade do Estado de Minas Gerais, criada em 1988, mas que, infelizmente, está muito longe de alcançar todo o sonho dos constituintes mineiros daquela época e o sonho de todos nós, de ser uma universidade descentralizada, que alcance o interior de Minas com ensino público gratuito de qualidade e que ofereça oportunidade para o jovem mineiro, na Capital e no interior.

Continuaremos lutando por esse sonho; no entanto, não podemos e não ficaremos imobilizados na esperança de que algum dia um milagre aconteça. É preciso dar alguns passos e concretizar o que é possível a cada ano. Quanto a isso, o nosso relatório foi muito realista, dizendo que há algo que pode ser feito agora pelo nosso governo. Felizmente, o Secretário Bilac Pinto veio a esta Casa. Após a realização do trabalho por aquela Comissão, nobre Deputado Dalmo Ribeiro Silva, por várias vezes, voltamos ao gabinete desse Secretário para cobrar a implementação das sugestões da Comissão.

Para nossa alegria, embora com uma demora que nos angustiava, o Secretário deixou claro que o governo do Estado, logo que equilibrasse as finanças, atenderia às nossas reivindicações. Ele veio aqui e anunciou uma série de medidas para o próximo ano, com recursos da ordem de R\$6.000.000,00, para que as unidades do interior financiassem os estudos dos alunos carentes, ajudando-os a pagar suas mensalidades. Além dessa, há várias outras medidas, que, se o tempo permitir, pretendo listar.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte)* - Inicialmente, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, que versou sobre um tema tão importante para todos nós.

Pedi ao companheiro Deputado Dalmo Ribeiro Silva e a V. Exa. um aparte para prestar, desta tribuna, uma homenagem a nossa querida Copasa.

A Copasa, empresa em que tive o privilégio de trabalhar durante mais de 30 anos, a cada dia, encontra-se mais presente no Estado de Minas Gerais e vem fazendo um trabalho à altura do povo mineiro. Essa empresa empreendeu, nos últimos anos, por meio do Governador Aécio Neves e do seu Presidente, Dr. Márcio, um dos programas de saneamento mais ambiciosos do Brasil. Hoje a empresa aplica mais de R\$3.000.000,00 em saneamento em todo o País.

Um prêmio importantíssimo foi concedido à Copasa, como a empresa do ano de saneamento e limpeza, na categoria de empresa nacional, concedido pela "Gazeta Mercantil" em parceria com o Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais - Ibmecc -, São Paulo. E ainda, Deputado Domingos Sávio, o título de melhor empresa do País em serviços de utilidade pública, concedido pela revista "IstoÉ Dinheiro".

Gostaríamos de prestar essa homenagem à nossa querida Copasa. Estou apresentando um requerimento, e tenho certeza de que ele será aprovado por todos os colegas, para que seja registrado nos anais da Casa uma homenagem a essa empresa, que presta excelentes serviços ao povo mineiro. Muito obrigado pelo aparte, Deputado Domingos Sávio.

O Deputado Domingos Sávio* - Eu é que agradeço, nobre Deputado Fábio Avelar. De fato, trata-se de uma justa homenagem, que reflete mais um dos aspectos positivos do governo Aécio Neves, que fica patente para o País inteiro. Além dos resultados na administração direta, com o equilíbrio fiscal, com a possibilidade de dar reajuste para o servidor público, com a capacidade de reduzir impostos, como anunciou recentemente, na administração indireta também temos a Copasa e a Cemig, que se destacam hoje como empresas de referência nacional.

E infelizmente isso não vinha ocorrendo num passado recente. As duas empresas vinham, ano após ano, de uma situação de déficit e desequilíbrio, mas agora reencontram o caminho do desenvolvimento, trazendo benefícios para todos os mineiros.

Concluindo, ainda sobre a Uemg, quanto aos R\$6.000.000,00, tivemos a grata satisfação de ver uma das nossas reivindicações atendida, a de que as unidades do interior, ligadas à universidade, pudessem ter recursos do Estado para que mais estudantes provenientes de famílias humildes tenham a possibilidade de fazer um curso superior.

Não é ainda tudo o que queremos, porque desejamos uma universidade gratuita para todos aqueles que conseguirem passar no vestibular, mas é um primeiro passo. São R\$6.000.000,00 onde não havia nada. Além disso, tivemos anúncio de que já há R\$500.000,00 para iniciar os projetos da construção do "campus" da Uemg em Belo Horizonte, onde seus cursos são gratuitos. Aqui, de fato, ela é pública.

O anúncio do Secretário é um alento, uma demonstração clara de que o governo quer a Uemg viva. Além disso, anunciou também o financiamento pelo governo - a fundo perdido - de um plano de desenvolvimento institucional para cada uma das unidades associadas: a criação de uma linha de financiamento no BDMG para que as unidades associadas possam financiar mais laboratórios, equipamentos e melhoria estrutural, a fim de oferecer um ensino melhor.

O tempo não me permite mais, por isso vou encerrando por aqui. Quero registrar também que o nosso trabalho, da Casa, num processo de parceria com o Secretário Bilac Pinto e o Governador Aécio Neves, começa a dar algum fruto para a Uemg. Já há sinais, para o próximo ano, de um orçamento melhor, e a possibilidade de vermos o ensino público gratuito chegando ao interior do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores, imprensa e povo de Minas Gerais, recebi hoje dois fax, um da Prefeitura Municipal de Bonito de Minas, no Norte do Estado, e outro da Prefeitura Municipal de Engenheiro Navarro, além de mais de 20 ligações de Prefeitos da região do Norte de Minas, que me faziam indagações. Como não sei responder às perguntas, gostaria de trazer, a público, o que está acontecendo para cobrarmos uma explicação do governo federal.

Refiro-me à transferência do Fundo de Participação do Município. No mês de setembro, há duas parcelas: uma no dia 10 e outra no dia 20, o que corresponde a aproximadamente 10% do que as Prefeituras deveriam receber, mas não receberam.

A Prefeitura de Bonito de Minas recebeu, ontem, dia 20, uma parcela no valor de R\$8.200,76, mas a previsão para o dia 20 seria de R\$40.451,00. Estou com o extrato bancário. O Município de Engenheiro Navarro recebeu líquido R\$6.885,89, mas a previsão de recebimento era de R\$48.000,00. Normalmente, as Prefeituras repassam a parcela do dia 20 de setembro às Câmaras Municipais e fazem pagamentos de empenhos, de notas efetuadas no segundo decênio do mês de setembro. Esses recursos não são suficientes nem sequer para o pagamento dos Vereadores de seus Municípios.

Com base nessas informações e nessas solicitações, entraremos em contato com órgãos dos governos federal e estadual, para que tenhamos uma explicação. O que o governo federal está fazendo com os Municípios brasileiros, especialmente com os mineiros, é assustador, é uma covardia, uma retaliação. Estão esfolando os Municípios brasileiros, especialmente os mineiros.

Ontem, a imprensa mostrou que, de um total de R\$1.200.000.000,00, que deveriam ser repassados para Minas Gerais, até então, só foram repassados cerca de 8%. Está tudo contingenciado no governo federal e, como se não bastasse essa avalanche de ações contra nosso Estado, contra o povo mineiro, o governo federal está esfolando vivo os Municípios mineiros.

Os recursos para os Municípios da minha região do Norte de Minas, que são constitucionais, de direito, estão sendo utilizados, gota a gota, com a maior preocupação possível, pois estamos vivendo cinco meses de seca. Não há nenhuma ação por parte do governo federal para o combate à seca na região do Norte de Minas.

Os Estados da Bahia, do Ceará e de Pernambuco já estão recebendo o recurso, mas, quanto à área de atuação da Adene, que corresponde à parte do Estado de Minas Gerais, não estamos recebendo nenhuma atenção por parte do governo federal, a não ser a Bolsa-Alimentação e os recursos, que, de uma maneira ou de outra, não podem ser retirados da região do Norte de Minas. Ainda, não estamos recebendo recurso para o combate à seca, para alugar os caminhões-pipa.

No ano passado, desde o mês de junho, os Municípios já haviam recebido os recursos para o aluguel de caminhões-pipa, recursos para poder perfurar poços artesianos, para equipar poços artesianos das frentes produtivas, os quais, até então, não chegaram ao nosso Estado.

Estamos na iminência do período chuvoso, que, se Deus nos ajudar, deve iniciar-se de novembro para dezembro. Hoje são 21 de setembro, e o povo está morrendo de sede.

O Norte de Minas está sem abastecimento de água. Não relatarei uma experiência que tive no final da semana passada nas cidades de Riacho dos Machados, Ibiaí e Juramento, mas a verdade é que o governo federal não está nem um pouco preocupado com o sofrimento do povo do Norte de Minas.

O Deputado José Milton (em aparte)* - Obrigado pelo aparte, Deputado Carlos Pimenta. Gostaria de cumprimentá-lo. V. Exa. é um Deputado que, nesta Casa, sempre levanta a voz em defesa da sua região, de toda a Minas Gerais, dos Municípios e do povo deste Estado. Estou atento à parte mais importante do seu pronunciamento, que diz respeito aos recursos. V. Exa. relatou a queda dos recursos provenientes do governo federal, quanto ao Fundo de Participação de alguns Municípios.

Nos últimos dias, liguei para o Prefeito de Conselheiro Lafaiete, Dr. Júlio, que também está preocupado com o assunto, haja vista que a cidade é pólo regional, possui 110 mil habitantes, está no entorno de uma região de cerca de 500 mil habitantes, além de ter uma demanda enorme por serviços. Talvez a situação desse Município seja proporcionalmente pior em termos "per capita" do que a dos outros Municípios que V. Exa. citou, mas recebeu simplesmente R\$28.000,00. Vejam bem: uma cidade com mais de 110 mil habitantes receber, no dia 10, R\$28.000,00 da primeira parcela do FPM. Isso é preocupante; as demandas estão todas nessa cidade.

Portanto, temos a mesma preocupação de V. Exa. com relação ao empobrecimento dos Municípios brasileiros. Hoje, um Prefeito não consegue dar conta de atender às demandas. O problema está na concentração de recursos na esfera federal. O governo tem de se sensibilizar, e os parlamentares precisam pressionar mais para que a reforma tributária seja feita com coerência e atenda de fato às necessidades dos Municípios, especialmente dos menores, que têm dificuldade de receita própria.

Parabéns pelo seu pronunciamento e pela importância do assunto que V. Exa. traz a esta Casa.

O Deputado Carlos Pimenta* - Muito obrigado, Deputado José Milton. O que está acontecendo em Conselheiro Lafaiete, cidade cuja situação é bem melhor do que a dos Municípios norte-mineiros, devido a sua localização geográfica e aos investimentos feitos no passado... O sofrimento que está acontecendo no Norte de Minas pode ser multiplicado muitas vezes. Cidades do porte de Engenheiro Navarro e de Bonito de Minas, ambas com mais de 10 mil habitantes, são 0,6, porque a listagem do IBGE está defasada. Elas poderiam ter uma cota mais elevada no FPM, mas são surpreendidas com depósitos irrisórios de R\$8.000,00 e de R\$6.000,00, respectivamente. Isso é um absurdo; na verdade, um desrespeito. Acho que o Presidente da República está torcendo para que a crise política não acabe, porque as atenções se concentram nas confusões que ocorrem em Brasília, o que tira o foco dos Municípios. E é preciso tratá-los bem, porque não se administra com os recursos que recebem. São cidades que não possuem atividade industrial, não geram ICMS, mas vivem exclusivamente do FPM, das transferências do Estado e da União. Se tais transferências caírem como caíram, sem aviso... Há previsão de se receber R\$48.000,00, mas se recebem R\$6.000,00.

Quer dizer, como explicar ao morador do Município que não há merenda escolar em razão da falta de recursos? Pensam que o Prefeito está roubando. Não faltam aqueles que se voltam contra os Prefeitos, às vezes acusando-os sem amplo direito de defesa, acreditando que utilizam os recursos de outra maneira. Quando o Prefeito sai da sua região para ir a Brasília ou a Belo Horizonte, dizem que estão passeando.

Na verdade, é péssimo negócio ser Prefeito hoje, em nosso país. Por quê? Porque estão administrando uma massa falida, com dificuldades que não dependem deles. Eles não podem gerar papel-moeda, recursos nem receita para o Município. Nenhum desses pequenos Municípios pode cobrar IPTU, vivem basicamente do que recebem e são apenas transferidores de recursos para o pagamento de empenho nos seus Municípios. O Prefeito Gilson, de Engenheiro Navarro, e o de Bonito de Minas estão cobertos de razão. Bonito de Minas talvez seja a cidade que tenha a pior via de acesso do País.

Na semana passada, fui visitar Bonito de Minas numa caminhonete cabine dupla, sem tração nas rodas. Não consegui chegar ao Município. Quem adoce em Bonito de Minas é transferido para Januária em cima de caminhão, porque a ambulância não passa. Ninguém imagina o tamanho desse sofrimento. Se não há recursos para o pagamento, não podem contar com o que estava acertado no papel. Com informações do próprio governo federal, os Prefeitos vivem com essa grande dificuldade e não podem exercer dignamente o seu papel de Prefeito, ou seja, de administrador. Sentimo-nos tristes, pois vivemos uma seca sem precedentes. Há cinco meses, não chove, não cai uma gota de água no Norte de Minas. Não há água, recursos, transferência constitucional nem ajuda, mas sobram problemas, dor e sofrimento.

Na semana passada, estive em Riacho dos Machados, no Norte de Minas, e presenciei o sofrimento da Prefeita. Havia somente um caminhão-pipa na cidade para levar a água de uma caixa-d'água da Copasa para a zona rural, pelo preço de R\$12,00 por caminhão. Nem a água a Copasa quis ceder. O único caminhão que havia tombou, e as 350 famílias estão sem poder beber água. Então, sabem o que fizeram? Eles cavaram cacimbas no leito dos rios secos para retirar água barrenta, a fim de tomar banho, cozinhar, lavar roupa e não morrer de sede. De um lado, vivemos uma seca sem precedentes e, de outro, a falta de caridade do Presidente da República, do governo federal, com os Municípios mineiros, o nosso Estado e a nossa região.

Sr. Presidente, chegou o momento de o Presidente da República tirar os olhos da CPI e das bandalheiras que ocorrem em Brasília e começar a administrar efetivamente o País, dar rumo ao seu partido e à sua administração. Vivemos o último ano do governo federal, que, até então, é de fumaça, de promessa, de escândalos e insensível ao povo do Norte de Minas, de Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elisa Costa - Cumprimento o Presidente em exercício, Deputado Fábio Avelar, os funcionários da Assembléia e todos os trabalhadores que nos assistem em Minas Gerais.

Sr. Presidente, foi uma coincidência a fala do Deputado que nos antecedeu, pois faria um relato aqui exatamente de duas ações de que tive oportunidade de participar: uma no Norte de Minas e a outra nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

Tive a felicidade de acompanhar o Ministro Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em Três Marias, Montes Claros, Salinas e Janaúba. Foi uma reunião bastante concorrida em Montes Claros, com a participação de muitos Prefeitos do Norte de Minas, Vereadores, lideranças comunitárias e movimentos sociais.

O Ministro Patrus teve a oportunidade de apresentar um breve relatório dos projetos de transferência de renda do governo federal para o Norte de Minas. Hoje, são atendidas pelo Ministério, naquela região, 110 mil famílias, por meio dos programas de transferência de renda. Desse número, 32 mil famílias estão migrando do programa Bolsa-Escola, 5 mil do cartão-alimentação e 64 mil do auxílio-gás. Esses recursos, somados a programas como o Agente Jovem, aos programas de proteção básica - Casa da Família - e ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI -, somam, por ano, R\$244.000.000,00 no Norte de Minas. Trata-se de um montante considerável, principalmente porque os programas de transferência de renda colaboram, efetivamente, com a melhoria da economia local. São recursos que chegam até as famílias mais pobres do Norte de Minas, as quais, por intermédio deles, melhoram a qualidade de sua alimentação, compram eletrodomésticos, vestuários, enfim, concorrem para que haja circulação de recursos no Município.

Tive a oportunidade de, com o Ministro Patrus, visitar famílias que são exemplos de que os recursos do programa Bolsa-Família estão melhorando e alterando sua qualidade de vida e sua situação. Esse programa não se encerra apenas numa bolsa, mas há um conjunto de programas integrados - geração de trabalho e renda, alfabetização, inclusão digital e profissionalização das famílias envolvidas - para que possam ter oportunidade de se emancipar, enfim, de caminhar com as próprias pernas.

O Ministro Patrus sempre diz que o programa Bolsa-Família coloca as famílias de pé; que, a partir dele, adquirem dignidade. As ações integradas de outras políticas sociais possibilitam que, além de caminharem com as próprias pernas, tenham a oportunidade de novos trabalhos, empregos, geração de renda, podendo até mesmo, mais tarde, sair dos programas. Assistimos a pessoas devolvendo o cartão, pelo fato de terem conseguido emprego para garantir a dignidade dos filhos na escola, na saúde, enfim, de terem criado novas possibilidades.

Faço esse registro porque foi um momento muito importante a participação nessa agenda. Ela vem, de fato, comprovar que hoje existem, sim, investimentos do governo federal, especialmente nos programas sociais. Se no Norte de Minas chegam R\$244.000.000,00 para os programas sociais, em Minas Gerais, por ano, chegam R\$1.700.000.000,00. Isso significa que há um comprometimento bem diferente do que ocorre no governo de Minas Gerais. Se olharmos, em termos de investimentos sociais, de programas nessas áreas, só enxergamos os do governo do Presidente Lula.

Recentemente, na Conferência de Assistência Social da qual participamos, foi voz corrente dos delegados de Minas Gerais que foram destinados R\$3.000.000,00 do Fundo Estadual da Assistência Social de Minas Gerais para proteção básica, para a construção e a manutenção das casas das famílias, que são o centro de referência da assistência social. O governo federal, somente na assistência social, tem destinado, por ano, R\$650.000.000,00. Deputado Carlos Pimenta, veja bem a diferença: R\$3.000.000,00 do Fundo Estadual da Assistência Social e R\$650.000.000,00 do governo federal para Minas Gerais, em razão de programas tão importantes. Para citar mais um exemplo em relação aos programas do Norte de Minas, 250 mil pessoas estão sendo atendidas e beneficiadas pelo programa do leite. Hoje 2.115 pequenos agricultores vendem sua produção de leite para o governo federal, recebendo até R\$2.800,00 por ano. Esse leite volta para as regiões mais empobrecidas de Minas Gerais - Norte de Minas, Mucuri, Jequitinhonha e outras -, somando mais um grande recurso que vem melhorar sua renda, sua pequena produção e, principalmente, a manutenção dos pequenos agricultores no campo, o melhor lugar para se morar com qualidade de vida e dignidade. Precisamos incentivar, cada vez mais, esses investimentos. Está sendo feito tudo? Não, ainda há muito o que fazer. Precisamos evitar o êxodo rural com políticas públicas nas áreas da saúde, da educação, na comercialização dos produtos. Essa cadeia produtiva já está sendo incentivada pelo Pronaf e pelos recursos do Ministério do Desenvolvimento Social.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)* - Admiro sua posição em defesa do Presidente, do programa do governo federal. Tenho dito que os Deputados Estaduais do PT nesta Casa têm idoneidade, moral e coragem para defender um programa de governo.

Eu estava tratando da questão do FPM. Veio uma "bomba atômica" sobre os Municípios mineiros. São apenas 10% de uma programação que estava feita.

Quanto à questão dessas ações sociais, quero dizer que uma cesta básica, um leite, qualquer ajuda é bem-vinda, mas a coisa mais importante, e que deveria ser objeto de preocupação do governo, é a dignidade do emprego. Muitas vezes vamos à zona rural do Norte de Minas para procurar uma pessoa para trabalhar no campo, mas não encontramos, porque preferem ficar dentro de casa recebendo o gás, os R\$150,00 de bolsa não sei de quê, ajuda para as crianças que estão na escola, a ir trabalhar. Estão criando o ofício da ociosidade. Não vemos um programa de governo que gere emprego para que a pessoa passe a não depender da cesta básica nem do leite. Falo isso com o coração aberto. Disse para o Patrus Ananias: "Ministro, onde estão as frentes produtivas, as frentes de trabalho?". O sujeito tem de trabalhar para ganhar um salário, e não ficar mal-acostumado dentro de casa. Muitas vezes não têm de colocar os pés fora de casa para ganhar R\$150,00, gás ou qualquer tipo de ajuda. Temos de colocar na cabeça que o que traz dignidade ao ser humano é o emprego. Se não tivermos um programa de geração de emprego para a nossa região, estaremos criando verdadeiramente uma nação de pessoas acostumadas à ociosidade. Infelizmente essa é a verdade.

A Deputada Elisa Costa - Deputado Carlos Pimenta, vou complementar dizendo o seguinte: inicialmente disse que os programas sociais apontam para a geração de emprego e renda. Podemos até discordar dos números, mas 3.300.000 empregos gerados nos últimos 31 meses significa uma retomada do desenvolvimento econômico deste país, tanto no campo quanto na cidade. Esse é um fato concreto que toda a imprensa divulga.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)* - Por que prometer 12 milhões, Deputada?

A Deputada Elisa Costa - Isso não é suficiente para o Brasil, Deputado, mas hoje o nosso país retomou o seu desenvolvimento, porque ele estava estagnado. Nunca se gerou tanto emprego como nos últimos anos no País. Chegaremos aos 10 milhões de empregos em prol da dignidade do povo brasileiro, que merece emprego, renda e salário mínimo melhorado; enfim, para melhorar as condições de compra do salário.

A redução da cesta básica promovida pelo Presidente Lula foi um bom exemplo que os governos de Minas e de São Paulo estão adotando agora. Qualquer trabalhador que há alguns anos comprava um saco de arroz a R\$10,00, R\$12,00, hoje está comprando a R\$5,00, um arroz de qualidade. Isso significa que a redução dos impostos em relação à cesta básica foi uma medida completamente acertada pelo governo do Presidente Lula, e agora está sendo imitada pelo governo de Minas Gerais. Hoje as cestas básicas estão chegando às populações mais pobres do País, ou seja, às pessoas que realmente precisam de dignidade, de alimentação e de emprego. Esse é o segmento que defendemos em nosso programa de governo. Espero que o governo de Minas também tenha o olhar voltado para as nossas pequenas comunidades.

Para terminar, gostaria de falar sobre a presença de Deputados do Espírito Santo numa reunião muito importante ocorrida ontem, nesta Casa, para o lançamento do relatório que apresenta o plano de esgoto sanitário para a Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Esse é um projeto muito importante, pois envolve um dos rios federais mais relevantes de Minas Gerais. Nessa oportunidade, elaboramos uma proposta de trabalho a ser desenvolvida pelos governos de Minas e federal. Deixo a síntese das propostas apresentadas: preparar uma caravana, ao longo de toda a Bacia do Rio Doce, apresentando o relatório, o plano de estação de tratamento de esgoto chamado Rio Doce Limpo, da ordem de R\$600.000.000,00. Queremos estimular os Municípios do entorno da bacia a fazer o tratamento do lixo e a retirada do esgoto desse rio, um dos mais importantes de Minas Gerais; formar um grupo executivo para acompanhar os Prefeitos na elaboração de projetos e na operação das estações de tratamento de esgoto; desenvolver ações políticas aqui e em Brasília. Em Brasília, vamos reunir-nos com a Ministra Marina, do Meio Ambiente, para que haja um projeto de revitalização da Bacia do Rio Doce, a exemplo do que já existe no Rio São Francisco. Em seguida, iremos até o Ministro Paulo Bernardo pedir recursos para a recuperação da nossa bacia, no orçamento de 2006; solicitar emenda da Frente Parlamentar, que reúne a Câmara Federal e o Senado, a fim de que esses recursos sejam destinados à recuperação da bacia. No Ministério das Cidades, pediremos ao Ministro das Cidades e à sua equipe recursos para a qualificação dos gestores municipais na preparação dos projetos e na operação das estações de tratamento de esgotos (Está para ser aprovado nesta Casa Legislativa o projeto que irá alterar a lei do fundo de desenvolvimento das nossas bacias. Em Minas Gerais, já existem R\$40.000.000,00 destinados a esse fundo.); solicitar ao governo de Minas que esse recurso seja aplicado nas estações de tratamento de esgoto e que não sejam reembolsáveis, para que Municípios tenham um Rio Doce limpo no futuro.

Esse projeto foi apresentado nesta Casa há 15 anos e, agora, é objeto de reflexão dos Deputados, do governo de Minas e do governo do Presidente Lula. Muito obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado, Sr. Presidente. Saúdo V. Exa., caríssimo Deputado Fábio Avelar, e também o Deputado Dinis Pinheiro, a Deputada Elisa Costa, os outros Deputados presentes, os meus amigos, as minhas amigas e a TV Assembléia. Serei muito rápido, em decorrência do adiantado da hora. Agradeço a V. Exa. a deferência. Farei uma reflexão muito importante no dia de hoje. Peço vênias a V. Exa. para, em face de uma reflexão que fizemos hoje de manhã, trazer nossa solidariedade, neste dia, à luta da pessoa portadora de deficiência.

Não poderíamos deixar de lembrar uma data tão importante quanto esta, comemorada hoje: o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência, cuja celebração foi legalmente instituída este ano por meio da Lei Federal nº 11.133, de 14 de julho.

Na verdade, o Dia Nacional de Luta das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais foi idealizado pelos movimentos sociais, em encontro nacional ocorrido no ano de 1982. Foi escolhido o dia 21 de setembro por sua proximidade com o início da primavera, evocando-se o simbolismo da renovação das expectativas e a esperança de que as reivindicações em favor da cidadania e da participação plena dessas

pessoas sejam contempladas pela sociedade e pelo poder público, em um ambiente de inclusão e de respeito às individualidades.

Na esteira das reflexões que a data de hoje enseja, queremos reiterar os insistentes apelos que temos formulado em favor de uma verdadeira causa, qual seja, as Apaes.

Já ocupamos o Plenário desta Casa inúmeras vezes, defendendo as Apaes de Minas Gerais de forma muito vigorosa e consistente, para que o poder público possa efetivamente cumprir seu papel, o que não tem acontecido por parte do governo federal, que está tão-somente depositando a responsabilidade na sociedade e no poder público municipal, que conta com o auxílio do estadual.

Sim, porque, ao promover e articular ações de defesa de direitos, prevenir, orientar, prestar serviços e apoiar a família com vistas à melhoria da qualidade de vida da pessoa especial, a Apae está, acima de tudo, restaurando uma instituição muitas vezes fragilizada pelo preconceito e talvez pela incompreensão que atinge as pessoas portadoras de necessidades especiais.

É nesse universo que se desenvolve a missão sonhada e levada a efeito por aqueles que idealizaram, há 50 anos, a criação de uma associação de pais e amigos dos excepcionais: uma semente plantada no Rio de Janeiro, que deu muitos e bons frutos e que hoje se espalha por todo o Brasil.

Aliás, em novembro passado, atendendo ao nosso requerimento, esta Casa homenageou o cinquentenário do Movimento Apaeano, reconhecendo-o como o maior movimento comunitário do mundo. Naquela ocasião, tivemos a oportunidade de ressaltar o trabalho das 368 Apaes existentes em nosso Estado, filiadas à federação estadual.

São entidades, Sr. Presidente, mantenedoras de escolas especiais que propiciam atendimento educacional a milhares de crianças e adultos, formando uma grande rede de pessoas que promovem a inclusão social e se esforçam por sensibilizar e conscientizar a sociedade e os órgãos públicos sobre os direitos fundamentais de cidadania das pessoas especiais.

A realidade, porém, enfrentada pelas Apaes impõe-nos refletir sobre alguns dados que demonstram a profunda necessidade de reforçar, mais do que nunca, os laços de parceria entre as múltiplas instituições atuantes nessa área, com vistas à superação de alguns índices alarmantes.

Para uma sociedade que pretende implementar profundas mudanças em sua realidade, não seria ético jamais conviver com deficiências que poderiam ser evitadas.

Mas um outro dado reclama nossa atenção: nos países desenvolvidos, a proporção de aproveitamento e inclusão de pessoas especiais na educação e no trabalho fica entre 30% e 45%, e, no Brasil, dos 9 milhões em idade de trabalhar, apenas 2%, tão-somente, são aproveitados.

É preciso reconsiderarmos essa postura equivocada. É urgente, urgentíssimo, discutir e ouvir aqueles que militam incansavelmente em favor da inclusão social dos portadores de necessidades especiais, com vistas à formulação de políticas públicas eficientes, que permitam a reversão desses números.

O dia de hoje nos concita a reafirmar o propósito e a convicção de que é chegada a hora da inclusão! Para tanto, o compromisso da Apae e de outras instituições congêneres de plenificar a eficácia dos direitos da pessoa especial deve converter-se em uma atitude de todos nós, da própria sociedade em que vivemos.

Não nos é lícito tolerar a omissão ou permanecer silentes diante de uma situação que, reconhecidamente, não se resolve somente com a intervenção do Estado. A existência das Apaes é o exemplo claro do quanto é imprescindível o envolvimento de toda a sociedade. Não temos dúvidas de que é nosso dever sustentar, em posição elevada, a bandeira contra os preconceitos de que ainda são vítimas as pessoas portadoras de necessidades especiais. Igualmente, temos a certeza de que esta Casa não recusará o seu apoio e o seu empenho em favor das ações que beneficiam essas pessoas tão especiais.

Assim, nesta data singular, com a chegada da primavera, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais não poderia deixar de cumprimentar essa expressiva parcela da população, familiares e instituições representativas, todos os que trabalham incansavelmente pela formação e construção da família apaeano, cuja atuação histórica se reveste de caráter distinto e relevante.

Fica, portanto, reiterado o nosso apelo aos nobres pares para que também se dediquem incansavelmente a essa causa, em nome de todas as nossas Apaes mineiras e em favor sempre da dignidade e da cidadania de todos aqueles que necessitam do reconhecimento do Parlamento mineiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente, telespectadores, trabalhadores da imprensa e desta Assembléia, quero fazer um registro em relação a esse veto parcial do Governador. De fato, esse projeto foi objeto de muitas discussões, em várias comissões, principalmente na Comissão de Administração Financeira, em que tivemos oportunidade de fazer uma audiência pública com a participação dos diversos segmentos envolvidos. Estavam presentes os Prefeitos, que se manifestaram, Presidentes de Associações microrregionais, Vereadores, enfim, toda a comunidade que será beneficiada por essa iniciativa.

O Bloco PT-PCdoB votou favoravelmente a esse projeto, compreendendo que se trata de uma iniciativa positiva em relação à operação de aquisição de equipamentos, máquinas e veículos, como trator, escavadeira, retroescavadeira, motoniveladoras, pá carregadeira, ônibus, microônibus e caminhões, para atendimento dos Municípios de Minas Gerais, especialmente aqueles que precisam de contribuir para a circulação das mercadorias de seus distritos. Enfim, para que haja um incremento à economia dos nossos Municípios.

Nosso bloco apresentou algumas propostas e emendas complementares ao projeto. Duas delas estão sendo objeto de veto. Uma foi complementar, ou seja, além dos tratores, especialmente o trator agrícola, que pudesse compreender também os implementos agrícolas. Seria um grande benefício, até porque esses equipamentos e máquinas estão sendo isentos do imposto do ICMS, o que beneficiará os Municípios, apesar de ser um financiamento em 36 meses, atingindo o limite de R\$200.000,00 para cada uma das Prefeituras, podendo estas fazer consórcios para que esse valor possa ser aumentado. Seria muito oportuno que os implementos agrícolas pudessem se somar aos financiamentos dos tratores, principalmente para a agricultura familiar, para os nossos pequenos e pequenas agricultoras. Isso agregaria valor à produção, e teríamos condições também de possibilitar a comercialização dos nossos produtos. O Governador está exatamente vetando os implementos agrícolas.

Há uma segunda emenda. Além dessas máquinas compreendidas pelo projeto, solicitamos que se possa também financiar ambulâncias. Um grande número de Municípios mineiros não tiveram acesso a recursos do Fundo Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, do Fundo Estadual e da Secretaria Estadual de Saúde para adquirirem ambulâncias, que são principalmente emergenciais e tão necessárias para que possamos cuidar da saúde de nossos cidadãos e cidadãs. Exatamente esse inciso foi vetado pelo Governador.

Queria deixar o registro dessas duas emendas, que considero muito importantes para o atendimento de nossas comunidades. Deveria haver, por parte do Governador e do Secretário da Saúde, o comprometimento de que todos os Municípios mineiros que não receberam, no ano passado, uma ambulância tivessem direito a esse benefício. Todos os Municípios do Estado de Minas Gerais deveriam receber os recursos, que diria republicanos, sem nenhuma discriminação partidária, para o atendimento à saúde.

Aguardamos, Deputados, que haja um avanço, negociação e acertos com relação aos projetos das tabelas salariais.

Desde o ano passado, o Bloco do PT-PCdoB teve participação importante no debate e na aprovação do plano de carreira. Naquela oportunidade, pressionamos o Governador para que, até o dia 30 de junho, as tabelas salariais da educação e da saúde, complementando o plano de carreira, chegassem à Assembléia Legislativa.

Agora, o compromisso maior do nosso Bloco é com o avanço do projeto, principalmente com aumento real nos salários das categorias da saúde e da educação, que totalizam 70% dos servidores do Estado de Minas Gerais. Temos visto o empenho desses servidores, por meio das diversas representações, em negociar com os Deputados nas comissões, cujos membros também foram ao governo negociar as tabelas, um posicionamento melhor na carreira e, de fato, um aumento real no salário.

A criação da VTI causou grande prejuízo à saúde e à educação. Na verdade, é o rosto moderno da PRC, tão criticada pelo PSDB na época do Governo Itamar Franco. No entanto, agora estamos instituindo uma tabela nos moldes da PRC. Somos a favor de os servidores da educação e da saúde terem incorporação total dos abonos, inclusive da PRC, aos vencimentos básicos. Somando-se esse valor, aí sim, na remuneração total, haverá, de fato, ganho real no salário.

Em 10 anos, não houve nenhum tipo de reajuste para os nossos educadores. Esperamos que, ao serem posicionados na carreira, tenham de fato ganhos reais nos salários e haja algum reajuste para o bolso dos educadores de Minas Gerais. Deve-se considerar que entre as políticas públicas, saúde e educação são políticas de desenvolvimento, de cidadania e de crescimento do nosso Estado e do nosso país. Chamamos atenção para que haja avanços reais.

Nas últimas negociações e nos últimos acertos de que o nosso Bloco participa, objetivamos realmente aumento de valor. Logo mais, teremos audiência com o Secretário Anastasia. Com o reajuste de 5%, a VTI não somente tira o que poderá avançar no posicionamento, mas também tira o reajuste de 5%, que só virá em julho do ano que vem. Tal aumento deveria ser imediato, para haver um ganho mínimo para nossas categorias.

Na área da educação, percebemos que, para quem está começando agora, o ganho é praticamente nulo. Para quem está prestando serviços de educação em Minas Gerais, haverá ganho muito pequeno. E, para quem está prestes a aposentar-se, o ganho será um pouco melhor, mas nada que represente aumento real no salário.

Nessa discussão, quero falar sobre o ensino superior em Minas Gerais, tema que acaba de ser tratado pelo Deputado que nos antecedeu. É muito importante discutir o ensino público superior em Minas Gerais. Desejamos também que haja extensões das nossas universidades para as regiões mais empobrecidas do Estado. Como aconteceu na criação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, oriunda da transformação das faculdades integradas de Diamantina, com sede em Teófilo Ôtoni, esperamos que outras extensões também aconteçam em Minas Gerais.

Participamos do fórum técnico sobre o ensino superior aqui na Assembléia Legislativa. Fiz em Plenário a proposta - que apresentei nos grupos de trabalho - de que deveríamos reunir as universidades federais e estaduais - a Uemg e a Unimontes - de Minas Gerais e verificar onde precisamos interiorizar as nossas federais, para que todo o Estado seja atendido pelo ensino superior.

Isso possibilita o desenvolvimento e o crescimento de nosso Estado, a pesquisa, a democratização do acesso aos estudantes mais pobres e carentes e a aproximação do conhecimento acadêmico, com o conhecimento popular das nossas regiões.

Nosso apelo é a integração, em parceria com as nossas universidades federais. Há 20 anos, não havia extensão de nenhuma universidade federal em Minas Gerais, ao passo que 32 se estenderam no Brasil. Devemos somar esforços com o governo do Estado, por meio da Secretaria de Educação, e com as nossas escolas estaduais, para que haja braços estendidos das nossas universidades na maioria das regiões de Minas Gerais.

Além do nosso empenho pessoal, é necessário o empenho dos Deputados do Vale do Rio Doce e dos Deputados da vertente do Caparaó, na região de Caratinga, para que uma extensão da Universidade de Viçosa chegue até essa região. Muitas ações foram empreendidas nesse sentido, e Caratinga recebeu professores dessa universidade. As lideranças de Caratinga estiveram com a reitoria e com as pró-reitoria da Universidade de Viçosa, onde foi constituída uma comissão especial de professores e representantes das diversas comunidades, para fazer um estudo da viabilidade dos cursos, dos professores e da área que está sendo disponibilizada em Caratinga, a fim de receber um "campus" avançado da Universidade de Viçosa. Poderiam criar um curso na área de ciência agrária, um curso de agronomia e um curso de agronegócio, pois aquela região, de pequenos agricultores e do café, poderia oferecer pesquisas para desenvolver a agricultura sustentável, na vertente do Caparaó.

Estivemos no MEC, com o Prof. Néelson Maculan, responsável pela Secretaria Nacional de Ensino Superior, o qual revelou que o MEC pode oferecer professores e apoio técnico administrativo para essa extensão em Viçosa. Estamos implementando todas as ações e articulações necessárias, com os Deputados Estaduais e Federais do Vale do Rio Doce, para que uma extensão da UFMG chegue também a Governador Valadares e para contribuir e alavancar o desenvolvimento sustentável da região empobrecida do Vale do Rio Doce.

A chegada de uma universidade federal, ou pelo menos dos primeiros cursos à distância, e, posteriormente, a possibilidade de um "campus" avançado, contribuirá para o desenvolvimento regional integrado, a fim de democratizar o acesso do ensino superior aos nossos estudantes, e possibilitará pesquisa e conhecimento para as regiões que precisam de crescimento e desenvolvimento.

Amanhã teremos a oportunidade de nos encontrar com o Ministro da Educação, com Deputados da região, com Deputados Federais e com a Reitora da UFMG, a Prof^a Ana Lúcia Gazzola, a quem respeitamos pelo excelente trabalho que tem feito em Minas Gerais para a melhoria da qualidade do ensino superior. Registro o empenho da Reitora Ana Lúcia no sentido de contribuir com o governo federal na reforma universitária, para que de fato haja uma reforma que ofereça cursos que cheguem aos jovens de Minas Gerais.

Portanto, é importante que haja iniciativas desta Casa, da comunidade, da Câmara de Vereadores, da Prefeitura, dos Prefeitos de toda a região da vertente, da Prefeitura de Governador Valadares, dos Deputados da região, de todos os Prefeitos que compõem a Ardoce, a Assoleste, integrando e somando esforços para que nossa região receba um olhar especial do governo de Minas e do governo federal.

É muito importante que o ensino superior seja gratuito para a nossa juventude. Quero destacar que o Prouni abriu vagas para que, também no

ensino privado, os estudantes carentes tenham a oportunidade de fazer um curso superior. Hoje, há mais de 110 mil vagas no País, e, somente em Minas Gerais, 17 mil vagas foram destinadas ao Prouni. Nas universidades por onde tenho passado, percebo que os jovens quilombolas e das comunidades indígenas remanescentes, bem como os filhos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, estão tendo acesso ao curso superior em Minas e no Brasil, por meio desse criativo programa que troca os impostos das instituições privadas de ensino superior por vagas.

Apresentamos um projeto, aprovado nesta Assembléia Legislativa, possibilitando que grande área em Teófilo Otôni seja destinada a abrigar a Universidade Federal do Mucuri e do Jequitinhonha, o que significa crescimento para a região.

Essas são as nossas palavras. De fato, somos pela rejeição do veto parcial do Governador, porque os implementos agrícolas e os veículos que atendem à área da saúde pública não foram aqueles das emendas apresentadas pelo Bloco PT-PCdoB, que tem participado e buscado aprimorar os nossos projetos aqui na Assembléia Legislativa. Obrigada, Sr. Presidente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 13/9/2005, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete da Deputada Ana Maria Resende

exonerando Ana Luisa Carneiro de Resende do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

exonerando Patrícia Freitas Nobre do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 4 horas;

nomeando Ana Luisa Carneiro de Resende para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

nomeando Fabiano Gomes para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 4 horas.

Gabinete do Deputado Arlen Santiago

exonerando Isabela Bastos Muradas Sanmartin do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Edson França Lino Júnior para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2005

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2005

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 7/10/2005, às 10 horas, Pregão Eletrônico, através da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade contratação de empresa operadora de TV por assinatura, a cabo.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da Assembléia, na R. Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente por meio eletrônico. Nesse caso, o licitante deverá portar disquete próprio ou informar um endereço eletrônico.

Belo Horizonte, 26 de setembro de 2005.

Luís Antônio Prazeres Lopes, Diretor-Geral em exercício.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2005

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2005

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que, em virtude da ocorrência de erro material na publicação no "site" do provedor do Banco do Brasil S.A. do Pregão Eletrônico nº 54/2005, que tem como objeto a aquisição de materiais para infra-estrutura de cabeamento estruturado, a sessão pública virtual de abertura de propostas e disputa, ocorrida no dia 26/9/2005, está invalidada, ficando remarcada para o dia 10/10/2005 às 10 horas, estando desde já os interessados convocados a enviarem novas propostas.

Belo Horizonte, 26 de setembro de 2005.

Luís Antônio Prazeres Lopes, Diretor-Geral em exercício.

ERRATA

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 22/9/2005, na pág. 40, col. 4, sob o título "OFÍCIOS", no ofício do Sr. Gustavo Mansur Balsamão, onde se lê:

"Requerimento nº 4.255/2005", leia-se:

"Requerimento nº 4.955/2005".